

HT-141



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**TEMA: CAHORA BASSA: O PROCESSO E AS IMPLICAÇÕES SÓCIO -
ECONÓMICAS DO REASSENTAMENTO NO POSTO ADMINISTRATIVO
DE CHITIMA, 1967 - 1974**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: António Francisco Tovela

Maputo, 2004

Cahora Bassa: O Processo e as Implicações Sócio-Económicas do Reassentamento Populacional no Posto Administrativo de Chitima, 1967 - 1974

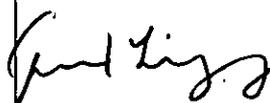
Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por António Francisco Tovela

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Prof. Associado, Arlindo Gonçalo Chilundo

Maputo, 2004

O Presidente



O Júri:

O Supervisor



O Oponente



Data

15/10/04

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 30300
DATA 16/02/05
AQUISIÇÃO oferta
COD. HT-141

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e
que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal”.

RESUMO

O objectivo do estudo foi a descrição e análise do processo e das implicações sócio - económicas do reassentamento populacional resultante da construção da barragem de Cahora Bassa em Chitima.

Para a realização deste estudo foram usados vários métodos e técnicas de pesquisa: consulta de documentos escritos (primários e secundários), realização de entrevistas semi - estruturadas e estruturadas, recolha de histórias de vida e observação directa.

Os planos da construção da barragem de Cahora Bassa começaram a ganhar forma em finais da década de 1950. Os principais objectivos deste empreendimento são: (i) produção de energia eléctrica barata para o regime do *apartheid* da África do Sul e (ii) políticos e estratégico - militares.

Embora a FRELIMO, com ajuda da comunidade internacional tenha tentado inviabilizar a construção da barragem de Cahora Bassa, a mesma acabou sendo concluída em Dezembro de 1974. Com a sua conclusão, mais de 42 mil camponeses foram forçosamente retirados das suas zonas de origem para outras indicadas pelas autoridades coloniais portuguesas.

Contrariamente à propaganda colonial, segundo a qual na escolha das zonas de "reordenamento" se tomaria em consideração a existência de solos férteis e fontes de água, os camponeses foram reassentados em zonas com terras inférteis e escassez de fontes de água. Esta triste realidade fez com que os camponeses tivessem perdas económicas, sociais e culturais muito avultadas.

À minha querida mãe, Joana Joaquim Dimande, a quem permanecerei eternamente grato por ter preparado os alicerces nos quais se baseou a conclusão de mais uma etapa da minha formação académica. *Khanimambu.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de endereçar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para que a realização deste trabalho se tornasse possível. Destaco o apoio e encorajamento que recebi dos docentes e investigadores do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.

Os agradecimentos mais profundos vão para os inumeráveis velhos e velhas que, apesar de todos contratemplos, ainda transmitem lucidamente a sua experiência dos acontecimentos que viveram na pele às novas gerações.

Agradeço, de forma especial, ao Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo que com competência, experiência, dedicação e zelo, acompanhou a realização deste trabalho.

E, não em último lugar, agradeço à minha família, cujo amor, estímulo e paciência foram também fundamentais.

Autor

SIGLAS USADAS NESTE TRABALHO

ACNUR –	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
AHM –	Arquivo Histórico de Moçambique.
BEES –	Brigada de Estudos Económicos e Sociais.
BFLCS –	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.
CDMADER –	Centro de Documentação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
CDS –	Centro de Documentação de Songo.
CEA –	Centro de Estudos Africanos.
CMI –	Conselho Mundial das Igrejas.
Cx. –	Caixa.
DA –	Divisão Agrária.
DNA –	Direcção Nacional de Águas.
DPSP –	Divisão de Promoção Social e Povoamento.
DREPA –	Divisão de Reordenamento das Populações da Albufeira.
DTS's –	Doenças de Transmissão Sexual.
FAO –	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
FRELIMO –	Frente de Libertação de Moçambique.
GPZ –	Gabinete do Plano do Zambeze.
HCB –	Hidroeléctrica de Cahora Bassa.
HP –	Hidrotécnica Portuguesa.
MEN –	Ministério de Educação Nacional.
MFPZ –	Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze.
MIREME –	Ministério dos Recursos Minerais e Energia.
MU –	Ministério do Ultramar.
NET –	Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento.
PHMUCN –	Projecto Hidroeléctrico de M'phanda N'kuwa e Cahora Bassa Norte.
RENAMO –	Movimento de Resistência de Moçambique.
PIDE –	Policia Internacional de Defesa do Estado.
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
SREP –	Serviços Regionais de Estudo e Povoamento.
UEM –	Universidade Eduardo Mondlane.
UTIP –	Unidade Técnica de Implementação de Projectos Hidroeléctricos.
ZAMCO –	Zambeze Consórcio Hidroeléctrico Limitada.

ÍNDICE

	Página
Introdução -----	1
A. Pertinência Académica e Científica do Estudo-----	3
B. Parâmetros Cronológicos-----	6
C. Problemática e Recensão Bibliográfica-----	7
D. Metodologia de Investigação-----	14
I. Contexto da Construção da Barragem de Cahora Bassa -----	18
1.1. Localização Geográfica do Distrito de Cahora Bassa-----	18
1.2. Breve Historial do Distrito de Cahora Bassa-----	20
1.3. Contexto Económico e Político da Construção da Barragem-----	20
II. O Reassentamento de Camponeses -----	29
2.1. Introdução-----	29
2.2. O Processo de Reassentamento-----	29
2.3. Conclusão-----	37
III. Implicações Sócio - Económicas do Reassentamento -----	38
3.1. Introdução-----	38
3.2. As Aldeias Clânicas-----	38
3.2.1. Formas de Ocupação Territorial-----	38
3.2.2. Actividades Económicas-----	39
3.3. Os Aldeamentos-----	41
3.3.1. Formas de Ocupação Territorial-----	41
3.3.2. Actividades Económicas-----	44
3.4. Saúde-----	47
3.5. Destruição do Tecido Social -----	49
3.6. Conclusão-----	51
Considerações Finais -----	54
Fontes Consultadas -----	57
Anexos	
1. Mapa de Moçambique sob a dominação do regime colonial português.	
2. Mapa da actual província de Tete.	
3. Mapa do Baixo Zambeze em Moçambique.	
4. Mapa da localização das áreas de reassentamento.	
5. Circular da Secretaria-geral.	
6. GPZ: Programa de Trabalho para 1972.	
7. Figura da fase final da construção de uma casa na aldeia de Sanangoé.	

INTRODUÇÃO

Quase todos os estudos e relatórios sobre a concepção e implementação do chamado projecto do desenvolvimento do baixo Zambeze e, em particular, sobre a construção da barragem de Cahora Bassa¹ e consequente formação da albufeira, tratam com grandes detalhes os aspectos relacionados com a engenharia, os desafios concernentes à logística na construção da barragem de Cahora Bassa, assim como os seus antecipados benefícios para a economia do regime colonial português. As populações, cujas terras viriam a ser submersas pelas águas da albufeira, foram relegadas para um plano secundário.

Para exacerbar a preocupante falta de estudos sócio - económicos nos trabalhos que antecederam a construção da barragem e a formação da albufeira, os poucos estudos realizados pela Brigada de Estudos Económicos e Sociais (BEES) que levantavam os possíveis efeitos negativos do empreendimento eram ignorados. Os estudos sócio - económicos eram ignorados sempre que estivessem em conflito com os principais objectivos do empreendimento: (i) a produção de energia eléctrica barata para a vizinha África do Sul, (ii) os objectivos políticos e estratégico - militares da barragem de Cahora Bassa².

¹ Segundo o Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique na "Primeira Relação de Nomes Geográficos de Moçambique", 1962, temos a referência de Cahora Bassa, como foi entendido pelo pessoal dos Serviços Geográficos e Cadastrais, mas posteriormente alterou-se para Cabora Bassa, por decisão do Almirante Sarmiento Rodrigues. "Acabar" em Nyungwe é *ku - Mara* ou *ku - mala*. Para "trabalho" temos *mabassa* (em chisena) e *baza* em Nyungwe. Parece, pois, não haver muitas dúvidas quanto ao "acabar o trabalho", como significado de Cabora Bassa, visto que nesta cachoeira acabava a navegabilidade do Zambeze, situação que se prolongava até Chicooa. É aceitável que de *ku - mara baza* ou *ku - mala baza* ou ainda de *ku - mala mabassa* tenha surgido a corruptela Cabora Bassa. A barragem, feita de betão, está implantada numa estreita garganta de vertentes verticais na parte superior e em forma de V na inferior, com 171 metros de altura a partir das suas fundações, onde a espessura máxima é de 21.5 metros, 303 metros de desenvolvimento no seu coroamento, com uma espessura máxima de 5 metros.

² O Plano Geral do projecto de Cahora Bassa, com 52 volumes, era muito ambicioso e propunha vários "projectos de desenvolvimentos" que nunca foram implementados excepto a construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome. A falta de recursos financeiros fez com que as autoridades coloniais portuguesas tivessem que limitar as suas ambições e mesmo a construção da

Esta atitude dos proponentes da construção da barragem de Cahora Bassa demonstra, inequivocamente, a tendência das autoridades coloniais portuguesas de ignorar quaisquer efeitos negativos deste empreendimento sobre as povoações ribeirinhas do rio Zambeze e que as suas terras viriam a ser submersas pelas águas da albufeira.

Antes da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira, as comunidades ribeirinhas do rio Zambeze tinham um modo de vida consentâneo às condições naturais oferecidas pelo rio Zambeze, ambiente e situação ecológica da zona. Servindo-se dos conhecimentos acumulados e passados de geração para geração, as comunidades ribeirinhas do rio Zambeze se aproveitavam sabiamente do rio, das suas margens assim como das regiões altas para a sua sobrevivência.

Este estudo descreve e analisa o processo e as implicações sócio - económicas do reassentamento populacional decorrente da construção da barragem de Cahora Bassa e a consequente formação da albufeira do mesmo nome. Sob ponto de vista geográfico, o estudo incide no actual Posto Administrativo de Chitima, distrito de Cahora Bassa, província de Tete. Este estudo confronta a informação que as autoridades coloniais portuguesas propalavam relativamente ao processo de reassentamento e consequências sócio - económicas da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome com as experiências de homens e mulheres comuns que foram compulsivamente retirados das suas zonas de origem e reassentados noutros locais.

barragem de Cahora Bassa dependia muito do envolvimento financeiro e militar do regime de *apartheid* da África do Sul. Para além disso, o proposto desenvolvimento do Zambeze e Moçambique como um todo entre os finais de 1960 e princípios de 1970 era anacrónico uma vez que já estava em curso o processo de descolonização em toda África. De uma visão inicial de um projecto multifacetado com outros projectos industriais e agrícolas, o objectivo da barragem de Cahora Bassa foi redefinido: (i) produção de energia barata para o regime do *apartheid* da África do Sul e (ii) políticos e estratégicos - militares.

As povoações que viriam a ser submersas pelas águas da albufeira estavam habituadas e munidas de sabedoria para viver de forma consentânea com o rio Zambeze e por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e enchimento da albufeira foram forçadas a sair das suas zonas de origem para outras indicadas pelas autoridades coloniais portuguesas. A escolha dos locais de reassentamento foi baseada em critérios políticos e estratégico -militares. A retirada forçada das populações ribeirinhas do rio Zambeze das suas zonas de origem teve consequências negativas nas suas actividades económicas: agricultura, pesca e caça e de um modo geral em toda a sua vida que inclui o tecido social e a sua herança cultural³.

A pertinência académica e científica do estudo, parâmetros cronológicos, problemática e recessão bibliográfica e metodologia de investigação complementam a introdução. O resto do trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o contexto geral da construção da barragem de Cahora Bassa. Este capítulo contempla: (i) a localização geográfica e breve historial do distrito de Cahora Bassa; (ii) contexto económico e político da construção da barragem de Cahora Bassa. O segundo capítulo faz a descrição e análise do processo de reassentamento dos camponeses. A seguir, no capítulo quatro, debruçamos - nos sobre as implicações sócio - económicas do reassentamento de camponeses. Finalmente temos as considerações finais.

A. Pertinência Académica e Científica do Estudo

A construção da barragem de Cahora Bassa e a conseqüente formação da albufeira do mesmo nome provocou um alagamento permanente de 2.700 km², que hoje constituem

³ Entendemos, aqui, *cultura* no sentido antropológico, o património tradicional evolutivamente aceite na história que forma a riqueza idiossincrática de um povo, e não no sentido humanístico, somatório de conhecimentos adquiridos no estudo e na experiência que caracterizam o homem dito *culto* ou *cultivado*.

a albufeira de Cahora Bassa. Com a formação da albufeira não se perdeu apenas uma vasta porção de terra, mas também desapareceram terras muito produtivas que, ao longo de séculos, eram usadas pelas comunidades camponesas para a sua subsistência. As zonas alagadas constituíam um dos ecossistemas mais diversificados de Moçambique.

Conforme as reportagens dos jornais da altura e alguns relatórios portugueses, como resultado da formação da albufeira seriam transferidas 25 mil pessoas da zona a ser alagada pelas águas da albufeira para outras consideradas mais seguras. Segundo o plano inicial das autoridades coloniais portuguesas, a transferência destas 25 mil pessoas seria feita em três anos: 1971, 1972, 1973 e em cada ano seriam transferidas 8 mil pessoas⁴.

Como procuraremos mostrar adiante, este plano não foi implementado.

Até agora, os estudos realizados sobre a barragem de Cahora Bassa: Middlemas⁵, Bolton⁶, Borges - Coelho⁷ e Isaacman⁸ não abordam especificamente a questão do reassentamento da população resultante da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira e as suas implicações na vida dos camponeses reassentados. Embora os trabalhos de Borges - Coelho e Isaacman tenham aprofundado mais o aspecto do reassentamento populacional relativamente aos primeiros dois, que respectivamente mostram mais interesse pelos aspectos políticos e hidro - mecânicos do empreendimento.

⁴ BOLTON, Peter. *The Regulation of the Zambezi in Mozambique: a study of the origins and impact of the Cahora Bassa Project*. Ph. D. Thesis. University of Edinburgh, 1983, pp. 363 -367.

⁵ MIDDLEMAS, Keith. *Cahora Bassa: engineering and politics in Southern Africa*. London: Weidenfield and Nicholson, 1975.

⁶ BOLTON, Peter. *The Regulation of the Zambezi in Mozambique: a study of the origins and impact of the Cahora Bassa Project*. Ph. D. Thesis. University of Edinburgh, Edinburgh, 1983.

⁷ BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993.

⁸ ISAACMAN, Allen & SNEDDON, Chris. Towards a Social and Environmental History of the Building of Cahora Bassa Dam, In: *Journal of Southern African Studies*, Volume 26, Número 4, 2000.

Motivou - nos para a escolha deste tema o interesse pela História Social e Oral bem como a vontade de analisar, numa perspectiva histórica, o processo de transferência das populações das zonas que foram submersas com a formação da albufeira de Cahora Bassa e as suas implicações. Esperamos que esta singela contribuição seja útil para os futuros empreendimentos do género. Por exemplo, está actualmente numa fase avançada a discussão sobre a construção, a aproximadamente 70 km da barragem de Cahora Bassa, da barragem de M'phanda N'kuwa⁹. E mais uma vez um dos aspectos que não está a merecer a devida atenção nestas discussões de carácter económico e político são as possíveis consequências sociais, culturais e ambientais caso o empreendimento de M'phanda N'kuwa avance.¹⁰

⁹ Brevemente o Governo Moçambicano vai realizar uma conferência internacional de investidores para lançar o projecto hidroeléctrico de M'phanda N'kuwa, avaliado em 1900 milhões de euros. Depois da realização, este ano, da conferência internacional será seleccionado em concurso público o principal investidor e negociada a estrutura accionista para o estabelecimento, em 2003, do consórcio que vai desenvolver o projecto. O consórcio terá a responsabilidade de angariar financiamento para desenvolver o projecto, incluindo contractos de fornecimento de energia e construção. Prevê-se o início da construção da barragem em 2005 e o arranque da exploração em 2010.

¹⁰ O estudo realizado pela Unidade Técnica de Implementação de Projectos Hidroeléctricos (UTIP) do Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) diz que apenas 260 famílias serão deslocadas e reassentadas numa outra zona e depois de compensadas. O que o mesmo estudo não faz é avançar com propostas concretas, conforme o fizeram no aspecto económico (com datas e agendas dos encontros), sobre como é que o processo será implementado, desde a selecção dos locais de reassentamento até a forma de compensação, e como serão minorados os malefícios que sempre advém da retirada de grupos consideráveis de pessoas da sua zona de origem. Por outro lado, o estudo fala de compensação das 260 famílias que serão deslocadas, que nem se sabe exactamente o que é que significa na prática, pois em muitos lugares do mundo com experiências similares, compensação tem significado ajudar as pessoas deslocadas a restaurar o seu anterior nível de vida. O que nem sempre acontece, pois, a maioria dos deslocados acabam estagnado ou deteriorando o seu anterior nível de vida. Para além de que falar de "compensação" tem pouca relevância quando se fala de comunidades como aquelas que serão desalojadas decorrente da construção da barragem de M'phanda N'kuwa, onde as pessoas vivem numa pobreza extrema sem acesso às necessidades básicas como água, electricidade, aos cuidados da saúde e educação. O termo "compensação" permite a perpetuação e exacerbação da pobreza. Pelo menos as pessoas que são deslocadas em nome de "alívio à pobreza" e "desenvolvimento", como é o caso, deviam ter o direito de ver algum melhoramento nas suas vidas como resultado do seu sacrifício.

B. Parâmetros Cronológicos

Este estudo incide no período compreendido entre 1967 e 1974. Contudo, estes não marcos rígidos, pois se descreve e analisa acontecimentos anteriores a este período para se poder perceber melhor as mudanças ocorridas durante o período em estudo.

O marco de 1967 tem a ver com o facto de ter sido neste ano em que começou a preparação das terras vizinhas da área que seria mais tarde a albufeira, onde seriam reassentadas as populações ribeirinhas do rio Zambeze. Igualmente, o ano de 1967 marca o período imediatamente anterior a abertura da frente militar do distrito colonial de Tete. A frente de Tete só abriu definitivamente em Março de 1968. Antes disso, nos finais de 1965, houve uma tentativa frustrada de iniciar ali as actividades guerrilheiras, em paralelo com as que tomavam forma em Cabo Delgado e no Niassa.¹¹

Com a abertura da frente de Tete, começa a ser implementado o processo de aldeamentos como estratégia militar para impedir a ligação entre os guerrilheiros da FRELIMO e a população. Embora os aldeamentos tenham sido propostos muito antes como medida de antecipação e já estarem em execução na província de Cabo Delgado.

A demora da sua implementação provavelmente tem a ver com o facto de que o mesmo requeria avultadas somas de dinheiro, quadros especializados e uma grande movimentação de populações. O nosso estudo incide exactamente sobre as populações que foram retiradas compulsivamente das suas zonas de origem para outras consideradas seguras por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome. Em 1972 e 1974, os aldeamentos das populações cujas terras viriam a

¹¹ BORGES - COELHO, João Paulo. A Primeira Frente de Tete e o Malawi. In: *Arquivo Número 15*. Borges - Coelho, João Paulo (ed.), 1984. p. 43. A abertura da Frente de Tete não foi um acontecimento pontual, que ocorreu em 8 de Março de 1968, mas sim um processo que levou um ano a desenvolver - se cabalmente.

ser submersas pelas águas da albufeira vieram juntar - se aos que estavam a ser criados por causa da abertura da frente de Tete.

O ano de 1974 é o fim da periodização deste estudo. Isto porque foi no dia 5 de Dezembro de 1974 em que se iniciou com o enchimento apressado¹² da albufeira de Cahora Bassa tendo atingido a sua capacidade máxima em Março de 1975. Com o enchimento da albufeira terminava também o "reordenamento" da população por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira. Seis meses depois, 25 de Junho de 1975, Moçambique conquistava a sua independência.

C. Problemática e Recensão Bibliográfica

Aquando da sua construção, a barragem de Cahora Bassa foi classificada como a 5ª barragem do mundo em potência e a maior de toda a África.¹³ Um estudo realizado em 1968 pela Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze (MFPZ)¹⁴ com o título "Plano para o Reordenamento das Populações da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa" indicava que no âmbito da construção da barragem de Cahora Bassa seria formada uma albufeira com cerca de 270 km de comprimento e uma largura na parte

¹²As autoridades coloniais portuguesas, ignorando as sugestões dos cientistas ambientais contratados para estudar as prováveis consequências ecológicas, apressou - se para encher a albufeira de Cahora Bassa o mais rapidamente possível. O enchimento da albufeira de Cahora Bassa ocorreu de Dezembro de 1974 a Março de 1975, portanto teve a duração de quatro meses. O mandato das autoridades coloniais portuguesas era começar a produção de energia eléctrica para a África do Sul segundo o que estava originalmente acordado, 1 de Janeiro de 1975, independentemente das consequências. A extrema pressa da operação de enchimento da albufeira de Cahora Bassa fica realçada quando comparada com o enchimento da albufeira de Kariba, que não obstante ser um pouco maior que a albufeira de Cahora Bassa levou aproximadamente quatro anos para atingir a sua capacidade máxima.

¹³ CARVALHO, Américo dos Santos. *O Plano do Zambeze*. Coleção Educativa, Série Q, Número 6, 1974, p. 27.

¹⁴ O Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze (MFPZ) é constituído no dia 16 de Março de 1957 pela portaria número 16214. A MFPZ tinha como missão promover o reconhecimento sistemático dos recursos do Vale de Zambeze; organizar os planos do seu aproveitamento e desenvolvimento regional e elaborar projectos da sua execução em colaboração com a Hidrotécnica Portuguesa na base da qual foram criadas brigadas abarcando áreas de agricultura, engenharia hidráulica, geologia e prospecção mineira e de estudos económico - sociais.

mais baixa de 25 km. A albufeira estaria localizada nos territórios das antigas divisões administrativas de Mágoè, Marávia e Zumbo e abrangeria as zonas ribeirinhas a norte e sul do rio Zambeze abaixo da cota dos 330 metros.¹⁵

Na sequência da formação da albufeira, a então povoação de Chicoa Velha ficou submersa, bem como a sede do Posto Administrativo do mesmo nome e a fortaleza de Cachomba. Segundo as autoridades coloniais portuguesas, a formação da albufeira provocou a retirada 25 mil pessoas das margens do rio Zambeze.¹⁶

Apesar da dimensão da barragem de Cahora Bassa e do facto de muita gente ter sido retirada das suas zonas de origem por causa da sua construção, até ao momento ainda não foi realizado nenhum estudo que se debruce especificamente sobre o processo e as implicações dessa mesma retirada. À semelhança do que se fez noutros projectos do mesmo índole como, por exemplo, a retirada dos Gwembe Tonga, aquando da formação da albufeira de Kariba que, por sinal, foi o primeiro estudo detalhado sobre os efeitos do reassentamento por causa da formação de grandes albufeiras em África¹⁷; assim como outros estudos sobre o mesmo tema: Scudder (1973 e 1975), Brokensha e Scudder (1968) e Bennett (1974). Chambers (1968) apresenta os efeitos do reassentamento decorrente da formação de albufeiras num contexto mais abrangente, incluindo outros tipos de reassentamento causados pelos grandes empreendimentos em África.

Tal como noutros grandes empreendimentos coloniais, a concepção da construção da barragem de Cahora Bassa foi feita de “cima para baixo”, isto é, sem a participação dos supostos beneficiários do empreendimento. Segundo Bennett (1999), no “modelo de

¹⁵ MFPZ. *Plano para o Reordenamento das Populações da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa*, Hexénio de 1968 a 1973, p. 1.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ BOLTON, P. *Op. cit.*, p. 361.

desenvolvimento” supramencionado, as populações rurais são as mais marginalizadas nas suas comunidades. Estas, muitas vezes vivendo em zonas remotas e com pouco acesso à educação, rendimento monetário, informação e influência política, são as que sofrem mais pela perda das suas fontes de sobrevivência que incluem, quase sempre, terras férteis.¹⁸ Tal foi o caso das populações ribeirinhas do rio Zambeze, que foram retiradas aquando da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da respectiva albufeira.

Tendo em conta o número dos camponeses que foram compulsivamente “reordenados” por causa deste empreendimento e as actuais tendências do país¹⁹, é importante fazer uma análise profunda e numa perspectiva histórica a transferência e as implicações do “reordenamento” da população por causa do construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome.

Neste trabalho, descrevemos e analisamos o Plano do Zambeze, produzido pelo Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ) contra as experiências vividas pelos camponeses que foram “reordenadas” por causa do empreendimento de Cahora Bassa.

¹⁸ BENNET, Olívia. Breaking the Threads: the real costs of forced resettlement, In: *The Journal of Oral History*, Volume 27, Número 1, 1999, p. 39.

¹⁹ Principalmente agora em que o Projecto Hidroeléctrico de M'phanda N'kuwa e Cahora Bassa Norte (PHMUCN) está a avançar a passos bem largos rumo à viabilização da construção sobre o rio Zambeze da barragem de M'phanda N'kuwa, a cerca de 70 km a montante da barragem de Cahora Bassa. Esta barragem de betão com uma altura de 101 metros criará uma bacia hidrográfica cobrindo cerca de 100 km², que se estenderá a montante por 60 km sobre o rio Zambeze até a barragem de Cahora Bassa e por cerca de 18 km sobre o rio Luia, um afluente no banco esquerdo. Quatro turbinas de 337 mega watts são propostas na central eléctrica no banco esquerdo (norte) do rio, próximo do local da barragem e fornecerão uma capacidade total de 1348 megawatts. Está planeado o desenvolvimento duma vila completamente assistida no banco direito do rio, num terreno ascendente entre os declives do monte M'phanda N'kuwa e o braço da albufeira de Chiroze - Sanangua. As linhas de transmissão transportarão a energia para a Beira e posteriormente para Maputo ao longo da rota a ser determinada. Para além da construção da barragem de M'phanda N'kuwa está marcada para o dia 1 de Abril de 2004 o início das obras de reabilitação da barragem de Massingir em que se prevê que sejam reassentadas 500 famílias que vivem nas proximidades da barragem. Igualmente, estão muito avançados os estudos de viabilidade sobre a barragem de Moamba - Major. No geral, Moçambique encara as grandes barragens como a solução para o combate à pobreza absoluta que grassa cerca de 70 por cento da população.

À priori, o Plano de Zambeze, que, segundo os seus proponentes visava a “promoção social dos camponeses”²⁰, poderá erroneamente transmitir a ideia de que o regime colonial português estava verdadeiramente preocupado com o bem-estar da “nação portuguesa além-mar”, quando somos confrontados com passagens como esta:

Para o reordenamento dos camponeses procura-se terras com boa aptidão agrícola, locais com água, e as que os mantenham tanto quanto possível próximos do seu meio ambiente normal, isto é, que após o enchimento da albufeira, possam continuar a vida de pescadores e agricultores ribeirinhos... estamos empenhados na promoção social de toda a gente envolvida.²¹

Caso se assuma como dado adquirido que as autoridades coloniais portuguesas estivessem preocupadas com o melhoramento do nível de vida dos camponeses, duas questões se impõem: (i) porque é que diferentemente de outros projectos do género, os mesmos foram conduzidos para os aldeamentos, localizados em locais que, contrariamente ao que as autoridades coloniais portuguesas veiculavam nos seus discursos propagandísticos, não dispunham nem de solos férteis nem fontes de água, e (ii) porque é que o processo teve que ser rápido, violento e repressivo? A violência deste processo está bem patente nesta passagem da conversa que tivemos com o padre Cláudio Cremi²²:

... as pessoas foram obrigadas a sair de uma forma horrível, eu não sei quem foram os estúpidos, porque vamos chamar com o seu próprio nome, que dirigiram aquelas operações, então se disser que o regime colonial português deu ordens a sei lá quem para que dessem pontapés no cu às pessoas, o resultado é isto que aconteceu, quer dizer prepararam muito mal...²³

²⁰ CARVALHO, A. Op. cit., p. 29.

²¹ Ibidem.

²² O padre Cláudio Cremi pertence à Congregação dos Missionários Combonianos que desde 1946 trabalha em Moçambique, mas precisamente nas províncias de Tete, Nampula, Sofala e Maputo. Foi e continua missionário no distrito colonial de Tete e actual província do mesmo nome desde os princípios da década de 1960. O padre Cláudio Cremi acompanhou de perto o processo da retirada involuntária dos camponeses das suas zonas de origem e o seu reassentamento nos locais indicados pelas autoridades coloniais portuguesas. Inclusive esteve envolvido, na sua qualidade de missionário, na mitigação dos males que tiveram como génese o processo de reassentamento das populações devido à construção da barragem de Cahora Bassa. Presentemente está a trabalhar no Posto Administrativo de Chitima.

²³ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

Uma das explicações para o que aconteceu e a forma como aconteceu é que a retirada da população que vivia na zona ribeirinha do rio Zambeze visava fazer face à luta de libertação nacional que se alastrava na região com a abertura da frente de Tete, posição que, aliás, está bem patente nas vantagens do aldeamento das populações na perspectiva das autoridades coloniais portuguesas:

O aldeamento das populações permite um controlo e um acompanhamento muito maiores dos contactos mantidos pelos camponeses com os guerrilheiros. Possibilita também a organização de um sistema de autodefesa, através da formação de milícias e distribuição controlada de armas com vista a acabar com os subversivos.²⁴

Daí que Henderson (1972) diga que seria erróneo considerar este processo de reassentamento como sendo um projecto que visava a “promoção social dos camponeses”, pois durante o mesmo prevaleceram os objectivos militares. “A selecção das zonas de reassentamento e a organização dos aldeamentos sugerem uma decisão tomada por conselheiro estratega militar e não por especialista em agricultura ou assistência social”.²⁵

Ainda sobre a prevalência dos objectivos militares, Isaacman (2000) argumenta que a selecção dos locais para a fixação dos aldeamentos e a sua própria organização denunciavam uma estratégia militar, e não a “promoção social dos camponeses” reassentados. Como evidência do seu argumento, Isaacman aponta o facto de as autoridades coloniais portuguesas terem insistido que os primeiros aldeamentos fossem localizados na margem norte do rio Zambeze, entre o rio Mucumbuzi e Zumbo, adjacente à fronteira da então Rodésia do Norte, actual República da Zâmbia.²⁶

²⁴ BRAGA, Alexandre. Plano para o Reordenamento das Populações da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa, anos 1968 - 1973. Tete, MFPZ, 1968, p. 13.

²⁵ BOLTON, P. Op. cit., p. 334.

²⁶ HENDERSON, R. *Cahora Bassa: who will benefit during the construction phase?*, *Cultures et Development*, 4, 1972, citado em ISAACMAN, A. & SNEDDON, C. Op. cit., p. 619.

Isaacman acrescenta que nesta zona, entre o rio Mucumbuzi e Zumbo, as movimentações da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) eram intensas e sob ponto de vista histórico, esta zona estava fora do controlo efectivo do regime colonial português e também era uma região com solos inférteis e com escassez de fontes de água. Estas características da margem norte do rio Zambeze entram em contradição com as condições avançadas pelas próprias autoridades coloniais portuguesas como sendo básicas para a escolha de locais de "reordenamento" das populações que viviam nas margens do rio Zambeze.²⁷

Bolton (1983) advoga que na maior parte dos casos, a formação de albufeiras provoca não apenas a retirada de populações das suas zonas de origem, mas também a necessidade de essas mesmas populações terem que acomodar muitas outras mudanças que ocorrem num espaço de tempo muito curto. No caso vertente da albufeira de Cahora Bassa, Bolton diz que, embora em alguns casos se tenha tentado envolver a população que seria reassentada no processo de tomada de decisões sobre o seu futuro, a exiguidade de tempo e recursos, muitas vezes fez com que o programa de reassentamento fosse imposto pelas autoridades coloniais portuguesas sem uma consulta prévia e séria à população visada.²⁸

Segundo McCully (1996), sempre que a construção de uma determinada barragem estiver prestes a terminar, o processo de retirada das pessoas da área a ser submersa pela formação da albufeira é frequentemente rápido, acompanhado de violência e intimidação. Isto é parcialmente porque as pessoas recusam a abandonar as suas casas e

²⁷ISAACMAN, A. & SNEDDON, C. Op. cit., p. 619.

²⁸BOLTON, P. Op. cit., p. 361.

parcialmente por causa da planificação inadequada que não consegue assegurar que a construção e reassentamento sejam levados a cabo simultaneamente.

Scudder (1973) incidiu mais em factores por detrás dos elevados níveis de stress fisiológico e psicológico entre as populações reassentadas por causa de grandes empreendimentos. Os factores que concorrem para o stress fisiológico e psicológico incluem o facto de as pessoas reassentadas estarem expostas a perigos para a sua saúde associados a doenças até então desconhecidas, em especial doenças provenientes da água; o desrespeito pelos hábitos culturais da população pelas autoridades responsáveis por tais empreendimentos; serviços sociais inadequados, incluindo um deficiente abastecimento de água; problemas de integração com a população "dona de terra" onde será reassentada e a superlotação das zonas seleccionadas para o reassentamento; insegurança alimentar²⁹ nos primeiros dias antes da normalização da actividade agrícola. Segundo Scudder, nestas condições se registam muitos casos de doenças e elevadas taxas de mortalidade.

Nalgumas vezes, a retirada das populações das suas zonas de origem pode ser compensada pelas novas oportunidades que surgem, como por exemplo, a possibilidade de desenvolver a actividade pesqueira na albufeira. Só que um bom aproveitamento destas oportunidades requer o apoio do Estado que, raras vezes, é posto à disposição dos reassentados.

Middlemas (1975), no seu trabalho, com grandes preocupações hidro - mecânicas, tem uma abordagem não muito profunda do processo de reassentamento dos camponeses da

²⁹ Entendemos, aqui, *insegurança alimentar* como uma situação em que algumas pessoas não têm permanentemente alimentos suficientes para a sua alimentação. Este entendimento tem como base a definição de *segurança alimentar* de acordo com a FAO: *segurança alimentar* significa que todas as pessoas em todos tempos tem acesso à alimentos suficientes, seguros e nutrientes que respondem às suas necessidades dietéticas e às suas preferências em alimentos para uma vida saudável.

zona que viria a ser submersa pela formação da albufeira e as suas implicações. No que diz respeito à questão do reassentamento, na prática, Middlemas repetiu a propaganda do regime colonial português ao chegar à seguinte conclusão: "O programa de aldeamento trouxe muitos benefícios nas áreas da agricultura, educação e saúde, que foram muito apreciados pela população"³⁰.

D. Metodologia de Investigação

Este trabalho teve duas fases. A primeira consistiu na consulta de documentos escritos (primários e secundários) relevantes sobre a problemática do reassentamento devido à construção de grandes barragens e outros grandes empreendimentos que normalmente são acompanhados de reassentamentos massivos noutros lugares do mundo, com destaque para África.

Os documentos escritos sobre o reassentamento noutros quadrantes do mundo nos ofereceram subsídios importantes para o enquadramento teórico do tema em discussão dando um quadro geral dos problemas que normalmente ocorrem em quase todos os processos de reassentamento massivos³¹.

³⁰ MIDDLEMAS, Keith. *Cahora Bassa: engineering and politics in Southern Africa*. London: Weidenfield and Nicholson, 1975, pp. 217 - 219.

³¹ McCully, Patrick. *Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams*, Londres & Nova Zelândia: Zeed Books/St. Martin's Press, 1996.

SCUDDER, Thayer. *The Ecology of the Gwembe Tonga*, Manchester: Manchester University Press for Rhodes - Livingstone Institute, 1962.

SCUDDER, T. & COLSON, E. "The Kariba Dam Project: Resettlement and Local Initiative". In: BERNARD, H.R. & PETTO, P.J. (eds.). *Technological and Social Change*. Macmillan, New York, 1972.

CERNEA, M.M. "African Population Resettlement in Global Context". In: COOK, Cynthia, C.(ed.). *Involuntary Resettlement in Africa*. Banco Mundial, 1994.

CLARK, Dana. "World Bank Resettlement Policy Compromised". In: *World Rivers Review*, Volume 17, Número 1, 2002.

COLSON, E.F. *The Social Consequences of Resettlement: The Impact of the Kariba Resettlement Upon the Gwembe Tonga*. Manchester: University Press, 1971.

Todos os documentos escritos a que tivemos acesso poderão ser localizados nas seguintes instituições: Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (BFLCS), Centro dos Estudos Africanos (CEA), Centro de Documentação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento (CDMADER), Centro de Documentação da Hidroeléctrica de Cahora Bassa no Songo (CDS), Direcção Nacional de Águas (DNA) e Núcleo dos Estudos de Terra e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane (NET).

A consulta de fontes primárias e secundárias nos arquivos, bibliotecas e centros de documentação supracitados apenas nos permitiu ter um entendimento parcial da problemática do reassentamento por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome. O que não é surpreendente se tomarmos em consideração que a maior parte dos documentos escritos, principalmente os primários, foram produzidos pelas autoridades coloniais portuguesas, proponentes do empreendimento, e o facto de os documentos escritos coloniais não explorarem contradições internas. Ao longo da mesma consulta à documentação escrita apreciam alguns "silêncios", daí a importância do confronto das fontes escritas e as orais, que só foi possível com a realização da segunda fase do estudo, o trabalho de campo.

A realização do trabalho de campo com vista a esclarecer e complementar as informações recolhidas ao longo da consulta aos documentos escritos decorreu nos meses de Junho e Julho de 2001, no Posto Administrativo de Chitima, distrito de Cahora Bassa.

Para a realização do trabalho de campo foram usados vários métodos e técnicas de pesquisa, com destaque para: observação directa e entrevistas semi - estruturadas e

estruturadas a informantes - chave e grupos distintos de camponeses e recolha de histórias de vida.

A maior parte das entrevistas foram colectivas. Entrevistamos grupos de camponeses e pescadores que foram retirados involuntariamente por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da sua respectiva albufeira. Algumas entrevistas individuais, com o objectivo de captar histórias de vida dos nossos informantes - chave, acabaram por se transformar em colectivas. Isto acontecia porque as pessoas iam chegando e por sua própria iniciativa ou solicitadas pelos nossos entrevistados davam a sua opinião, precisavam datas, nomes ou explicavam melhor uma determinada situação.

Durante o trabalho de campo captamos a experiência de homens e mulheres comuns que viveram na pele o processo do reassentamento compulsivo provocado pela construção da barragem de Cahora Bassa e a formação da respectiva albufeira. Assim como a experiência de pessoas que pela posição que ocupavam no período em análise têm uma visão global da situação, como foi o caso do padre Cláudio Cremi, antigos milícias, tractoristas e cozinheiros da administração.

No nosso trabalho de campo tivemos o apoio das estruturas administrativas locais. Este apoio facilitou a localização do nosso grupo - alvo. Porém, nalguns casos, o mesmo criou alguns embaraços, pois, parte dos nossos informantes não tinham sido persuadidos mas sim compelidos a conversar connosco e por essa razão eram muito lacónicos ou conversavam connosco com uma preocupação bem visível de estar "politicamente correcto". Provavelmente por medo de represálias, pois de alguma forma as zonas rurais, como por exemplo, o Posto Administrativo de Chitima, estão muito politizadas.

Maioritariamente, os nossos entrevistados são idosos que, depois do reassentamento por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome, passaram por outras situações traumatizantes. Daí a tendência de se recordar melhor dos acontecimentos mais recentes como, por exemplo, a guerra de 16 anos, as cheias de 1978, 2000 e 2001.

CAPITULO I:

CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CAHORA BASSA

1.1. Localização Geográfica do Distrito de Cahora Bassa

O distrito de Cahora Bassa é composto por três postos administrativos: Songo³², Chitima³³ e Chintolo e possui uma área de 10598 km², estendendo-se entre os paralelos 15 59 16 54 Sul e, entre os meridianos 32 33 Este³⁴. A Norte, o rio Zambeze e a albufeira da barragem de Cahora Bassa separam o distrito de Cahora Bassa dos distritos de Marávia e Chiúta. A Oeste o distrito de Cahora Bassa é limitado pelo distrito de Mágoè, a Este faz fronteira com a República do Zimbabwe e a sul com o distrito de Changara. Segundo o censo geral da população e habitação de 1997, o distrito de Cahora Bassa tem um universo de 57.675 habitantes³⁵.

Sob ponto de vista ecológico, o distrito de Cahora Bassa encontra-se dividido em cinco zonas ecológicas naturais: os planaltos, as montanhas, os vales, as planícies e as baixas. Nos planaltos habitam povoações como por exemplo Dzuntsa a cerca de 800 metros de altitude. As montanhas caracterizam o norte do distrito, sendo as suas vertentes usadas para se semear a mapira. Os vales incluem zonas como as da Maroeira e a de Dinthi. As planícies caracterizam o sul do distrito situando-se a uma altitude de 300 metros. As zonas baixas caracterizam também o sul, sendo constituídas por depressões naturais ou

³² A vila de Songo foi erguida na zona do planalto de Cahora Bassa, criada pela portaria número 84, de 8 de Fevereiro de 1972. Songo, nome de uma cobra muito venenosa.

³³ Segundo o Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique, existem duas versões da origem do nome Chitima ou Estima, the "steam" - os barcos do Zambeze; e estima, carta ou ordem do Sultão, parecendo a última versão a mais provável se recordarmos os tempos de escravatura que ocorreu na região.

³⁴ ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital*, Distrito de Cahora Bassa, Província de Tete, Julho, 1996, p.4.

³⁵ ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital*, Distrito de Cahora Bassa, Província de Tete, Julho, 1996, p.4.

por regiões situadas nas margens dos rios em que a água se deposita, sobretudo no período das chuvas e, fica retida por algum tempo.

O distrito de Cahora Bassa tem um clima árido. Com uma pluviosidade média anual que oscila entre os 600 e 800 mm, com uma distribuição irregular. Ao longo do ano, o distrito observa três períodos climáticos: o período de chuvas e calor, que se estende desde Outubro a Março, época de temperaturas e de humidade muito altas; o período de transição que vai de Abril a Junho e o período seco ou fresco de Julho a Setembro. Devido à quantidade, qualidade e duração da pluviosidade o distrito de Cahora Bassa é uma zona altamente propensa à seca.

Sob ponto de vista hidrográfico, o distrito de Cahora Bassa tem um grande número de pequenos rios e riachos que cobrem a região. Os mesmos têm um regime transitório, correndo somente no período de chuvas.³⁶ Nestes pequenos rios e riachos existem condições para a construção de pequenas barragens quer para o abeberamento de gado quer para o abastecimento das populações.

Um pouco por todo o lado ocorrem parcelas de solos não muito bons para a agricultura. De uma forma selectiva, a população utiliza estes solos tanto para as culturas de sequeiro assim como para as de regadio. Nos flancos das colinas, de declive acentuado e com solos pedregosos, a população cultiva mapira e mexoeira num sistema em que cada parcela é utilizada por três anos e depois deixada em pousio cerca de 10 anos. Nas

³⁶ Um bom exemplo desta situação é o rio Sanangwé, que enche três dias por ano, dificultando a travessia dos habitantes da aldeia de Chicoa Nova para a vila de Chitima e vice-versa, o que afecta principalmente os alunos que estudam noutra margem do rio por falta de escola na aldeia de Chicoa Nova. No aproveitamento da ocasião da nossa presença para desabafar as suas preocupações fora do tema por nós proposto, pelas razões anteriormente apresentadas, durante a entrevista colectiva em que participou o senhor Ragi Foa Miguel, secretário de Chicoa Nova, ficamos a saber do mesmo da existência de uma escola primária destruída durante a guerra de 16 anos, que a ser reabilitada seria de capital importância para a comunidade local em particular as crianças em idade escolar.

baixas, depressões do terreno ou nas margens dos rios, a população pratica sistemas de agricultura de regadio recorrendo a água estagnada para manter a humidade.

1.2. Breve Historial do Distrito de Cahora Bassa

A topografia e as condições naturais da região do actual distrito de Cahora Bassa foram profundamente transformadas pela construção da barragem e pela formação da respectiva albufeira, que se estende do Zumbo a Cahora Bassa e cobrindo uma área de 2660 km².

No período colonial, o actual território do distrito de Cahora Bassa fazia parte da circunscrição de Mágoè que tinha dois postos administrativos: Chiccoa e Songo.

A então vila de Chiccoa, sede da circunscrição de Mágoè e do Posto Administrativo de Chiccoa foi submersa pelas águas da albufeira. A antiga circunscrição de Mágoè deu origem a dois distritos: Mágoè e Cahora Bassa, este último com sede na Vila do Songo, local onde se situam os estaleiros da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).

A sede do Posto Administrativo de Chitima está instalada em Chitima, local onde existiu um posto da GPZ. O Posto Administrativo de Chintolo, foi criado no sul do distrito, ampliando - se assim a rede administrativa de modo a garantir a administração do território.

1.3. Contexto Económico e Político da Construção da Barragem de Cahora Bassa

Após a construção da barragem de Kariba³⁷, a cerca de 140 km a montante do rio Zambeze pelo regime colonial britânico na segunda metade da década de 1950, o regime

³⁷ A barragem de Kariba foi construída entre Julho de 1955 e Dezembro de 1958, situa - se a cerca de 350 km de *Victoria Falls*, na fronteira entre Zâmbia e Zimbabwe e produz 1.266 MW. O seu objectivo inicial

colonial português começou a considerar a possibilidade de construir uma barragem na garganta de Cahora Bassa, situada no território da antiga província ultramarina portuguesa de Moçambique, mais concretamente no distrito colonial de Tete.

No longínquo ano de 1956, os primeiros técnicos hidráulicos portugueses, liderados pelo Prof. Eng. Alberto Manzanares, visitaram os rápidos de Cahora Bassa com a missão de pesquisar a região e investigar a possibilidade de se construir uma barragem. O relatório desta missão foi muito catalizador e optimista que, a dado passo, dizia o seguinte:

Está claro que o aproveitamento destes recursos naturais, acompanhado por uma política bem definida de desenvolvimento industrial, prospecção e exploração mineral poderá transformar completamente as perspectivas económicas da província de Moçambique e consequentemente da metrópole, Portugal. Raras vezes as condições se apresentaram tão favoráveis ao desenvolvimento da região.³⁸

A conclusão a que a supracitada missão chegou foi reforçada pelo seu líder, Prof. Eng. Manzanares, ao dizer que: “a construção da barragem de Cahora Bassa constitui o primeiro passo rumo ao desenvolvimento global dos recursos extraordinários do Vale do Zambeze”. E que, segundo ele, o acto envolve múltiplos aspectos de natureza económica, sociológica, agrícola, industrial e humana. E acrescenta que “não é a construção da barragem *per se* que trará benefícios de natureza social mas sim a execução do Plano Geral do Desenvolvimento do Vale do Zambeze”.³⁹

De acordo com o Prof. Eng. Alberto Manzanares, os objectivos do desenvolvimento económico do Vale do Zambeze eram os seguintes: (i) aumento notável da população

era produzir energia barata destinada às minas de cobre da Zâmbia; aos projectos de irrigação de fazendeiros europeus rodesianos e outros sectores industriais da Rodésia do Sul. Diferentemente da barragem de Cahora Bassa que não envolveu nenhum debate público, em Moçambique, sobre o seu objectivo e potenciais beneficiários, a de Kariba erguida pela Federação Central Africana (Rodésia do Sul, Norte e Niassalândia) foi antecedida de uma grande discussão sobre o seu objectivo e local da execução da mesma, se seria na Rodésia do Sul ou na do Norte. Embora essa discussão tenha se circunscrito, quase que exclusivamente, sobre questões técnicas até uma fase relativamente tardia da sua implementação.

³⁸ BOLTON, P. Op. cit., pp. 445 - 446.

³⁹ MANZANARES, Alberto Abecassis. “Cahora Bassa não é um fim mas o primeiro passo para o desenvolvimento das grandes riquezas do Vale do Zambeze”. *Noticias*, 25 de Novembro de 1967.

branca nesta região; (ii) a melhoria das condições demográficas, culturais, económicas e sociais da população nativa; (iii) a substituição de importações do agregado nacional e (iv) o aumento do valor do produto proveniente desta região.⁴⁰

Numa fase mais avançada, enquadrado no contexto da luta de libertação de Moçambique, a planificação por detrás da barragem de Cahora Bassa deixa transparecer dimensões de segurança dignas de realce. Primeiro, as autoridades coloniais portuguesas estavam convencidas que a construção da barragem iria ajudar a conter o avanço dos guerrilheiros da FRELIMO para a margem sul do estratégico rio Zambeze. As autoridades coloniais portuguesas acreditavam que a albufeira de Cahora Bassa, com um comprimento de 500 km iria impedir o relativamente fácil acesso que os guerrilheiros da FRELIMO tinham para a região centro de Moçambique a partir das suas bases militares nos então territórios da Rodésia do Norte e Niassalândia.⁴¹

Para além disso, o regime colonial português previa que o desenvolvimento económico, estimulado pela barragem de Cahora Bassa e a albufeira do mesmo nome, iria aumentar substancialmente o crescimento da comunidade branca na região.⁴² E que este aumento

⁴⁰ MANZANARES, Alberto Abecassis. "Extractos das conferências pronunciadas na Capital pelos engenheiros Castro Fontes e Abecassis Manzanares". *Notícias*, 5 de Setembro de 1962.

⁴¹ A FRELIMO teve alguma dificuldade de implantação na então Niassalândia, com um regime colonial português procurando enfrentar desestabilização guerrilheira, e um governo malawiano cultivando uma postura ambígua em relação ao movimento guerrilheiro e ao regime colonial. Para mais amplas informações consulte-se: BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993.

⁴² Este crescimento da população na região se enquadra na política de povoamento da então província de Moçambique e outras antigas colónias de Portugal, que tinha como objectivo a fixação dos emigrantes provenientes da metrópole e reagrupar as populações africanas, preferencialmente nas margens dos grandes rios tais como Zambeze, em núcleos de colonização interna, onde pudessem se beneficiar de boas terras irrigadas, assistência técnica e habitação adequadas. Em termos ideológicos esta política visava estreitar os laços culturais, sociais e religiosos entre metropolitanos e autóctones, e em última instância, civilizar os africanos. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento da cultura mulata através de um

desempenharia um papel primordial na luta contra os guerrilheiros da FRELIMO exilados nos países vizinhos. O regime colonial português estimava que cerca de 80 mil⁴³ emigrantes iriam se fixar no vale de Zambeze. Maioritariamente, os emigrantes enquadrados na política de povoamento seriam desempregados e despojados das suas terras. A política de povoamento visava a formação de uma camada de auxiliares leais, não só para o desenvolvimento económico das colónias, como também para a manutenção do colonialismo português.⁴⁴

Contudo, as realidades económicas acompanhadas pelo pouco interesse demonstrado pelos colonos por esta região altamente propensa à malária, fez com que as autoridades coloniais portuguesas reduzissem os seus planos ambiciosos. A falta de capacidade de consumir pelo menos 10 por cento das antecipadas 2.0075 megawatts, que a barragem de Cahora Bassa iria produzir, tornou o projecto ainda mais problemático.

Em segundo lugar, a pressão militar e a crescente oposição da comunidade internacional, directamente ligada à luta que estava em curso entre a FRELIMO e o regime colonial português, complicou ainda mais a construção da barragem de Cahora Bassa. A FRELIMO estava a todo o custo decidida a inviabilizar a construção da barragem de Cahora Bassa.⁴⁵

processo osmótico com as comunidades africanas, que a longo prazo assegurariam a soberania portuguesa nas suas colónias.

⁴³ Algumas fontes, Mondlane (1969) e Hance (1970), indicam que o plano das autoridades coloniais portuguesas no vale do Zambeze era de fixação de mais de 1 milhão de emigrantes portugueses ao longo do rio Zambeze. Tomando em consideração que a população total de Portugal era de cerca de 9 milhões, este número não pode ser levado a sério, a não ser que nele esteja também incluído grande número de "portugueses do ultramar".

⁴⁴ HEDGES, David; ROCHA Aurélio. "Moçambique Durante o Apogeu do Colonialismo Português, 1945 -1961: A Economia e a Estrutura Social", In: HEDGES David (coord.) *História de Moçambique Volume III: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930 - 1961*, Maputo: Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1993, p. 164.

⁴⁵ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977 pp. 178 - 179.

Em Março de 1968, depois de várias tentativas terem falhado e no contexto da luta pela libertação de Moçambique, a FRELIMO abre a frente de Tete, o distrito colonial onde seria erguida a barragem de Cahora Bassa.⁴⁶

Os dois grandes objectivos estratégicos da FRELIMO no distrito colonial de Tete eram os seguintes: (i) ameaçar a construção da barragem de Cahora Bassa e (ii) abrir uma via de passagem que permitisse a travessia do rio Zambeze para atingir o distrito colonial de Manica e Sofala, no centro do país.⁴⁷ Até ao fim da década de 1960 um número considerável de guerrilheiros da FRELIMO estava a operar na zona adjacente ao local onde seria construída a barragem de Cahora Bassa.⁴⁸

Um eminente oficial das forças armadas coloniais portuguesas estimava que, em 1972 pelo menos 1.800 guerrilheiros bem armados da FRELIMO atravessaram o rio Zambeze a partir dos então territórios da Rodésia do Norte e Niassalândia e começavam a constituir uma séria ameaça para a construção da barragem de Cahora Bassa.⁴⁹

A estratégia da FRELIMO para a inviabilização da construção da barragem de Cahora Bassa se beneficiou da visível campanha da comunidade internacional para impedir o financiamento da construção da barragem de Cahora Bassa pelos países do ocidente e a sua própria construção independentemente dos seus financiadores.

O programa de combate ao racismo do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) comentou nos seguintes termos sobre o processo da construção da barragem de Cahora Bassa: “O que está a acontecer em Cahora Bassa é crucial para a luta de Moçambique e para o

⁴⁶ Ibidem; BORGES - COELHO, J.P. Op. cit., p. 21.

⁴⁷ BORGES - COELHO J.P. Op. cit., p. 50.

⁴⁸ ISAACMAN Allen & SNEDDON Chris. Fanning the Flames: A History of Cahora Bassa's Role in Southern Africa Instability. In: *World Rivers Review*, Volume 16, Número 6, 2001, p.6.

⁴⁹ Ibidem.

futuro da África Austral".⁵⁰ Numa sessão realizada em Addis Ababa, pouco depois do início da construção da barragem de Cahora Bassa, o CMI adoptou uma resolução em que apelava às igrejas membros para desencorajar os seus governos e empreendimentos comerciais industriais de apoiar a barragem de Cahora Bassa e outros projectos que entrincheiravam regimes minoritários racistas e coloniais em África.⁵¹ O escândalo moral e as ameaças de boicotes fizeram com que as empresas italianas e suecas retirassem o seu apoio ao projecto de Cahora Bassa.⁵²

No seio do regime colonial português, as ameaças de segurança e as incertezas económicas compeliram os proponentes da construção da barragem de Cahora Bassa a fazer pressão para se estabelecer um acordo relativamente à energia que seria produzida pela barragem de Cahora Bassa e a protecção militar do mesmo pelo regime sul - africano do *apartheid*. Segundo o acordo, o regime sul - africano do *apartheid* iria garantir o mercado para a energia excedentária da barragem e incorporar a então província de Moçambique na zona de segurança da África do Sul.⁵³

Tendo como base as projecções que indicavam a duplicação das necessidades de energia eléctrica da África do Sul entre os anos 1967 e 1980, interessava ao regime sul - africano

⁵⁰ Ibidem, p.7.

⁵¹ World Council of Churches, Cahora Bassa and the Struggle for Southern Africa, November 1971, p.5.

⁵² HANCE, William A. Cahora Bassa Hidro Project: Portugal and South Africa seek political and economic gains from joint investment. In: *Africa Report*, 1970, pp. 20 - 21. A ASEA sueca, se retirou por receio de ser acusado de violar as novas sanções contra a então Rodésia do Sul (actual Zimbabue) que provavelmente iria fornecer cimento, géneros alimentícios e outros produtos ao consórcio, que terá sido substituído pela firma alemã Siemens.

⁵³ O custo total da construção da barragem de Cahora Bassa é aproximadamente 515 dólares americanos. O regime sul - africano do *apartheid* contribuiu com cerca de 126 milhões de rands, correspondentes a cerca de 45% dos custos totais e providenciou um valor adicional de 165.2 milhões de rands (£82 milhões) a ZAMCO nos finais de 1969. No ano seguinte, a ESKOM providenciou mais empréstimos ao consórcio e um adicional de 17 milhões de rands a SAE para construir as linhas de transmissão na África do Sul e um empréstimo de 7 milhões de rands a empresa alemã IDC, demonstrando desta maneira o seu cometimento para o sucesso do projecto.

do *apartheid* assegurar uma fonte segura de energia eléctrica barata e estava ansioso em impedir as investidas da luta pela libertação nacional de Moçambique.⁵⁴

Em 1969, o Governo de Lisboa assina um acordo orçado em 515 milhões de dólares americanos com um consórcio maioritariamente dominado pela África do Sul⁵⁵ para a construção da barragem.⁵⁶

Enquanto que por um lado as autoridades coloniais portuguesas dedicavam maior atenção às dimensões financeira e segurança da barragem, por outro lado davam pouca consideração às potenciais consequências da mesma sobre os camponeses africanos e seu ambiente.⁵⁷

As autoridades coloniais portuguesas operavam sobre a suposição de que o aumento das actividades económicas iria ter um efeito positivo sobre os camponeses africanos que se dedicavam à agricultura familiar na bacia no Baixo Zambeze. As autoridades coloniais portuguesas estavam convencidas de que as comunidades ribeirinhas do rio Zambeze iriam beneficiar - se da introdução de novas técnicas de trabalhar a terra, novos mercados e novas oportunidades de emprego e por serem reagrupados em aldeias consideradas modernas.⁵⁸ O impacto ecológico recebeu ainda menos consideração por

⁵⁴ Para informações mais amplas sobre este assunto consulte - se, Middlemas, K. Op. cit., pp. 20 - 30.

⁵⁵ Cinco grupos internacionais participaram no concurso para a construção da barragem de Cahora Bassa, e em Julho de 1968 a obra foi adjudicada à ZAMCO, um consórcio organizado pela *Anglo - American Corporation of South Africa* com a participação de empresas da França, e Alemanha Ocidental. O apoio financeiro é fornecido pela *Banque de Paris et Pays Bas*, *Union Acceptances of Joannesburg*, *Deutsche Bank* e *Banco Commerciale Italiana*. Alguns projectos associados seriam também apoiados pelo *Bank of América* e por bancos portugueses.

⁵⁶ HANCE, W. Op. cit., pp. 20 - 21.

⁵⁷ BOLTON, P. Op. cit., p. 350.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 158.

parte das autoridades coloniais portuguesas na concepção da barragem de Cahora Bassa.⁵⁹

Embora líderes nacionalistas internacionalmente conhecidos e reconhecidos tenham proferido pronunciamentos de grande coragem relativamente à inviabilização da construção da barragem de Cahora Bassa que ajudaram a instigar o boicote internacional que nos referimos em linhas anteriores, esta nunca foi uma opção realística. O regime colonial português havia erguido anéis de segurança fortemente armados perto do local da construção da barragem cercados por uma vedação dupla de arame farpado e por um dos maiores campos minados do mundo, fazendo com que fosse praticamente impossível para os guerrilheiros da FRELIMO chegarem perto do local da construção da barragem de Cahora Bassa. Mesmo assim, pequenos grupos de guerrilheiros da FRELIMO conseguiam minar as estradas e linhas-férreas e emboscavam camiões carregando equipamento essencial para o local da construção da barragem.⁶⁰

Com vista a minimizar estes ataques, as autoridades coloniais portuguesas desbravaram o mato adjacente às estradas, organizaram escoltas e patrulhavam as filas de camiões numa forma mais agressiva. Contudo, estas táticas de defesa pouco conseguiram na sua tentativa de afastar as forças guerrilheiras da FRELIMO.

Em Novembro de 1972, os guerrilheiros da FRELIMO levaram a cabo as suas iniciativas mais corajosas, com destaque para um ataque de morteiro numa base área

⁵⁹ Num estudo realizado dez anos depois da construção da barragem de Cahora Bassa por uma equipa de ecologistas das Organização das Nações Unidas constatou - se o seguinte: "Para o caso particular da barragem de Cahora Bassa, foi claro que não houve projecções sérias para optimização ecológica antes da construção".

⁶⁰ ISAACMAN A. & SNEDDON C. Op. cit., p. 7.

provincial em Tete e onze ataques aos comboios.⁶¹ Nos dois anos seguintes, continuaram a emboscar camiões, atacar comboios e periodicamente sabotar estradas e pontes.⁶²

Apesar dos esforços da FRELIMO para inviabilizar a construção da barragem de Cahora Bassa, esta foi praticamente concluída com o início do enchimento da albufeira a 5 de Dezembro de 1974. Perdidos ficaram milhares de camponeses moçambicanos que foram compulsivamente retirados das suas zonas de origem, nas margens do rio Zambeze.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

CAPITULO II: O REASSENTAMENTO DE CAMPONESES

2.1. Introdução

Neste capítulo iremos descrever e examinar a proposta das autoridades coloniais portuguesas sobre o processo de reassentamento dos camponeses, cujas terras foram submersas pelas águas da albufeira de Cahora Bassa e a experiência dos próprios camponeses que viveram na pele esse mesmo processo. Ao longo deste capítulo iremos responder às seguintes questões: (i) Segundo as autoridades coloniais portuguesas, como é que seria levado a cabo o processo de “reordenamento” populacional? (ii) Como é que o plano foi efectivamente executado? (iii) Qual é o número real dos camponeses conduzidos involuntariamente para os aldeamentos? e por fim mas não em última instância, (iv) Qual era o seu objectivo principal?

2.2. O Processo de Reassentamento

Segundo a GPZ, a população a ser “reordenada” por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome seriam 25 mil pessoas. Para as autoridades coloniais portuguesas, este número era insignificante. O seu argumento tinha como base de comparação as experiências semelhantes noutros lugares do mundo⁶³. Para além de que, para os proponentes da barragem de Cahora Bassa no seio do regime

⁶³ Como por exemplo: 120 mil Núbios que foram reassentados aquando da construção da barragem de Aswan, 85 mil Ganenses deslocados no projecto do Alto Volta, 72 mil brasileiros deslocados devido à construção da barragem de Sobradinho, 57 mil Tongas removidos por causa da construção da barragem de Kariba, ou 44 mil nigerianos que foram retirados na sequência da construção da barragem de Kainji.

colonial português, as vantagens a longo prazo de todo o projecto de Cahora Bassa para as populações locais e não só, superavam qualquer sacrifício consentido pelas mesmas.⁶⁴

Para o governo do distrito colonial de Tete, o problema do “reordenamento” da população era simplesmente técnico. O mesmo realçava a necessidade de se identificar terrenos férteis, com fontes de água adequadas, convicto de que os camponeses africanos iriam experimentar “uma transformação social e melhoria da sua qualidade de vida”.⁶⁵ O que na prática não se verificou e em contrapartida o nível de vida dos camponeses se deteriorou, como procuraremos mostrar adiante, no capítulo três.

A deterioração do nível de vida dos camponeses, que, segundo um proeminente especialista em reassentamentos massivos, Thayer Scudder, tem sido a “moda” em quase todos os reassentamentos massivos em vários quadrantes do mundo⁶⁶, é melhor descrita por Henrique Conforme Murendja que viveu na pele a deterioração do seu nível de vida e dos habitantes dos aldeamentos no geral:

... com a nossa retirada para os aldeamentos e o enchimento da albufeira continuamos a cultivar da mesma forma como já estávamos habituados, mas não estamos a ganhar nada. Na altura em que as culturas crescem, antes de estarem prontas para serem consumidas, normalmente aparece água e leva tudo, o que antes, em Chicoa Velha, não acontecia, sabíamos exactamente quando é que a água iria aparecer e colhíamos tudo com antecedência...⁶⁷

É um facto que a construção da barragem de Cahora Bassa teve consequências imediatas, múltiplas e profundas para as populações que viviam nas zonas que foram submersas pelas águas da albufeira do mesmo nome. Contudo, o mais devastador não foi o facto de terem sido retirados compulsivamente das suas zonas de origem, onde sempre viveram, mas sim o facto de, contrariamente às outras comunidades, noutras lugares do

⁶⁴ MFP Z. Op. cit., p. 6.

⁶⁵ Ibidem, p. 15.

⁶⁶ CLARK, Dana. World Bank Resettlement Policy Compromised, In: *World Rivers Review*, Volume 17, Número 1, 2002, p. 10.

⁶⁷ Entrevista com Henrique Conforme Murendja, Virgílio Manuel, João Castelo, Gabriel Albano e Peter Sam Chakumbuka Phiri, Chicoa Emboque, 20 de Junho de 2001.

mundo, que foram retiradas à força das suas zonas de origem por causa de projectos hidroeléctricos e outros empreendimentos de grande dimensão, os camponeses que viviam na zona a ser alagada pela albufeira de Cahora Bassa, como foi o caso de Chicoa Velha, foram concentradas em aldeamentos, sem as mínimas condições básicas de sobrevivência.⁶⁸ Estes aldeamentos eram uma parte integral de um programa amplo de contrainsurgência que visava privar a FRELIMO da sua base de apoio rural, os camponeses.⁶⁹

A lógica estratégico - militar por detrás dos aldeamentos está sublinhada num relatório confidencial do regime colonial, que numa das passagens diz o seguinte:

A GPZ irá continuar a dar uma atenção especial à restauração da zona rural com o objectivo imediato de reduzir o número das comunidades sob controlo dos agentes subversivos. O facto de estas comunidades estarem organizadas de uma forma dispersa e a violência e intimidação praticadas pelas forças subversivas impede as comunidades rurais de se oporem perante os mesmos.⁷⁰

Segundo o plano preliminar dos anos 1968 a 1973, a mudança das populações para as “zonas seguras” teria o seu início em 1971. Para se chegar à definição de um local de reassentamento, tinha que se satisfazer os seguintes requisitos, postos por ordem de importância: (i) existência de solos férteis e de fontes de água, (ii) parecer favorável das populações, (iii) parecer favorável do Governo do Distrito, (iv) compatibilidade étnica entre os que já habitam e os que seriam reassentados na área e (v) parecer da Missão de Combate à Tripanossomiase, caso a área fosse propensa à doenças causadas por tripanossomo, como a doença - do - sono.⁷¹

⁶⁸ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

⁶⁹ Para mais amplas informações consulte-se: “BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993.”

⁷⁰ FIGUEIRA, A. *Programa de Trabalho para o Ano 1972*. Tete, GPZ, 1972, p. 9.

⁷¹ MFP Z. Op. cit., p. 11.

Contrariamente ao que estava previsto, sob pretexto de estar a proteger os camponeses, as autoridades coloniais portuguesas começaram em 1972, dois anos antes da formação da albufeira de Cahora Bassa, a retirar as populações das suas zonas de origem. Todo o plano inicial da GPZ, que tendia a ser fundamentalmente persuasivo, foi ignorado para se responder à pressão da abertura da frente de Tete pela FRELIMO, no contexto da luta de libertação nacional, e prazos da construção, conforme sugere este relatório confidencial do Governo do Distrito Colonial de Tete de 1972:

O Estado ajudará no transporte de paus e haveres, na preparação de 0,5 hectare por família e construir algumas obras de interesse prioritário devido à urgência e pressão dos acontecimentos, porque em princípio, nada seria gratuito. Só o esforço de cada um fará perdurar o aldeamento.⁷²

Nalgumas vezes, os líderes comunitários foram levados aos locais propostos para a reassentamento da sua população. Contudo, sempre que os líderes comunitários achassem o local sugerido não propício para o reassentamento da sua população, as suas preocupações eram simplesmente ignoradas. Esta atitude sugere que a integração dos líderes comunitários nas comissões responsáveis pela selecção dos locais destinados ao "reordenamento" da população visava legitimar o que já havia sido decidido pelas autoridades coloniais portuguesas, com base em critérios político - militares. Para além de que dificilmente eram alocados fundos e pessoal suficientes para os programas de "reordenamento" da população⁷³. Os programas de reassentamento não tiveram uma preparação preliminar adequada e o aspecto de acompanhamento foi negligenciado.⁷⁴

⁷² AHM, Administração do Concelho de Macanga "Normas Gerais para a Implementação de Aldeamentos", 1972 Cx. 97.

⁷³ Segundo Bolton, tendo inicialmente veiculado que apenas seriam reassentadas 25 mil pessoas por causa da formação da albufeira e tomando em consideração a experiência do processo de reassentamento da barragem de Kariba, a MFPZ sugeriu que o reassentamento por causa da construção da barragem de Cahora Bassa iria custar aproximadamente 175 dólares americanos por pessoa, totalizando 4,5 mil dólares americanos. O orçamento havia sido divulgado em 1961, e apenas foi seguido de uma investigação pormenorizada 8 anos depois, quando estava prestes a iniciar a construção da barragem. Nessa altura o

O que muitas vezes acontecia é que, elementos que inicialmente não faziam parte do processo do “reordenamento” da população, nomeadamente a polícia e o exército, acompanhados pelos administradores locais simplesmente informavam à população e seus líderes para abandonar as suas zonas de origem para uma determinada “zona segura”.⁷⁵ Conforme João Paulo C. Borges Coelho demonstra claramente, por exemplo, em 1972 o “Programa de Trabalho para o Ano de 1972” previa o estabelecimento de 88 aldeamentos, trabalho que seria levado a cabo pelas seguintes instituições: 66% pelo Governo Distrital; 21% pela GPZ; 8% pelos Caminho-de-ferro e 5% pelos serviços de engenharia militar. Contudo, o exército português esteve envolvido em todos processos de reassentamento e apoiou as instituições envolvidas. Esta forte dependência nas autoridades militares na execução do programa de “reordenamento” da população na zona da albufeira está bem reflectida no “Programa de Trabalho para o Ano 1972”:

Em 1972, de acordo com a orientação superiormente definida e as recomendações da autoridade militar, retomar - se - à a actividade na zona da albufeira de Cahora Bassa a partir de Chicoca, seguindo - se para oeste, na margem direita do rio Zambeze, até ao meridiano da vila do Mágoè, que poderá ser ultrapassado, desde que o apoio militar o permita.⁷⁶

Na memória lúcida dos nossos informantes, numa entrevista colectiva realizada na aldeia de Massecha, esta experiência da retirada compulsiva dos camponeses da sua zona de origem ainda estava bem viva, como testemunham Pezulani Mafanjala, Maurício Alemão e Bernardo Tapuleta Potoroia.

custo total do processo de reassentamento havia aumentado para aproximadamente 21 milhões de dólares, fundos que o governo colonial português não estava preparado para alocar nos serviços básicos previstos nos aldeamentos.

⁷⁴ BOLTON, P. Op. cit., p. 361.

⁷⁵ Ibidem, p. 362; BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993, p. 215.

⁷⁶ Centro de Documentação de Songo (CDS). GPZ - Divisão de Reordenamento, “Programa de Trabalho para o Ano de 1972”.

As autoridades coloniais portuguesas chegaram aqui e disseram que as nossas machambas e casas seriam alagadas, e nós tínhamos que sair para outras "zonas seguras"... Entre nós houve gente que se insurgiu e não queria sair. Estávamos muito descontentes porque possuíamos machambas e casas aqui e toda a nossa vida estava aqui. Mas não tínhamos outra opção se não sairmos.⁷⁷

Venâncio Leone, de Chitima, nas imediações de Massecha, nos contou uma história idêntica: "a população abandonou Chicoa Velha por causa da água e da guerra. Os camponeses foram obrigados a deixar a sua zona de origem, Chicoa Velha, não queriam sair."⁷⁸

Ao longo deste processo de transferência involuntária da população, o uso da força e intimidação variou de zona para zona. Por exemplo, em Massecha, as autoridades coloniais portuguesas não chegaram a fazer o uso da força, informaram previamente a população e no dia indicado chegaram os camiões e tractores para os levar. Gadzirane Feijão, que fez parte desse grupo, é mais eloquente: "eles trouxeram camiões e tractores para nos levar, juntamente com as nossas colheitas e bens". Porém, noutros locais, como na zona de origem de Albino Waisse Sixpence, Chicoa Velha, as autoridades coloniais portuguesas até queimavam as casas e os poucos bens dos que se insurgiam contra a sua retirada como forma de mostrar que nenhuma forma de resistência seria tolerada.⁷⁹

Onde havia uniformidade era na forma como se processava a transferência das populações, descrita pormenorizadamente por Ragi Foa Miguel da aldeia de Chicoa Nova.

Primeiro saímos nós, os homens, para preparar as casas. Levavam-nos de camiões e tractores para Massecha, que era uma espécie de centro de trânsito, e todos os dias vínhamos para aqui preparar as nossas casas. Só depois é que trouxemos o resto da família directamente para aqui.

⁷⁷ Entrevista com Penzulani Mafanjala, Maurício Alemão e Bernardo Tapuleta Potoroia, Massecha, 25 de Maio de 1988.

⁷⁸ Entrevista com Venâncio Leone, Chitima, 19 de Maio de 1998.

⁷⁹ Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisana Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence, Maria Gaufe, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

Quando chegámos aqui, não havia nem casa nem infra-estruturas sociais tais como hospitais, escolas, campos de jogos, etc.⁸⁰

Inicialmente, o número de pessoas a “reordenar” propalado pelas autoridades coloniais portuguesas era de 25 mil pessoas. Porém, nos finais de 1973, já estava provada a falsidade da estimativa feita pelas autoridades coloniais portuguesas, pois, sem contar com os camponeses que fugiram para a então Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e outras partes da cidade de Tete, o número era superior a 42 mil pessoas.⁸¹

Nos aldeamentos, a maioria das pessoas eram mulheres e crianças. Esta situação tinha como génese as limitadas opções que as mulheres e crianças dispunham comparativamente aos homens. Por exemplo, nos aldeamentos da zona de Chitima, num universo de mais de 10 mil camponeses “reordenados”, 1724 eram homens, contra 2.560 mulheres e 6.600 crianças.⁸²

Contrariando as premissas da definição de locais de “reordenamento” da população: a existência de solos férteis, fontes de água etc., as autoridades coloniais portuguesas insistiam que os primeiros grupos de aldeamentos fossem construídos na margem norte do rio Zambeze, entre o rio Mucumbuzi e Zumbo, adjacente à fronteira da então Rodésia do Norte. Esta era uma área de intensas actividades da FRELIMO e sob ponto de vista histórico havia estado fora do controlo efectivo do regime colonial português. Era uma zona com solos pobres e escassez de fontes de água, o que sugere a prevalência de

⁸⁰ Entrevista com Basílio Chindzisana, Ragi Foa Miguel, Carlos Sabonete, Chicó Nova, 16 de Julho de 2001.

⁸¹ GPZ. Relatório de Actividades 1973. p. 28. Assim como tem sido hábito noutros projectos de género, o número de pessoas por reassentar foi subestimado. A razão principal para se subestimar o número de pessoas por reassentar por causa de grandes empreendimentos hidroeléctricos é para parecerem mais viáveis.

⁸² *Ibidem*.

preocupações de segurança relativamente às do melhoramento do nível de vida da população.⁸³

Na realidade, a criação dos aldeamentos revelou mais preocupações ligadas à segurança que a propalada “promoção social dos camponeses”. Para ilustrar este facto basta dizer que a GPZ criou outros aldeamentos em Ndegué, Marara, Maruera, Nhandowa, Katacha, Chakikoma, Kao, Chiswa, Nhapreto, Boroma em Chitima, Songo e em redor da barragem de Cahora Bassa, para as pessoas retiradas das suas zonas de origem por causa da formação da albufeira. A concentração de camponeses em Chitima mostra claramente como as autoridades coloniais portuguesas estavam preocupadas com a protecção do local da construção da barragem. Enquanto que em Changara as autoridades coloniais portuguesas queriam criar uma zona tampão para evitar a passagem dos guerrilheiros da FRELIMO para a zona Centro do país, particularmente Manica e Sofala.⁸⁴

2.3. Conclusão

No geral, o reassentamento da população resultante da construção da barragem de Cahora Bassa e subsequente formação da albufeira do mesmo nome levado a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas foi um processo rápido, violento e repressivo. Embora uma parte dos camponeses tenha sido previamente avisada que seria retirada das suas zonas de origem, a maioria dos camponeses teve que destruir as suas casas, juntar os seus bens em pouco tempo e ser transportada em camiões e tractores para os aldeamentos. A selecção dos locais de fixação dos aldeamentos foi levada a cabo por

⁸³ JUNDANIAN, citado em ISAACMAN A. Op. cit. p. 619.

⁸⁴ BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993, p.253.

estrategas militares do regime colonial português. Os aldeamentos visavam impedir o contacto entre os guerrilheiros da FRELIMO e os camponeses, que eram a base de apoio da FRELIMO, evitando que esta recebesse alimentação, informação e recrutas.

A estimativa inicial das autoridades coloniais portuguesas segundo a qual apenas 25 mil pessoas seriam abrangidas pelo reassentamento involuntário ficou muito aquém do número real dos camponeses conduzidos para os aldeamentos. Segundo as próprias autoridades coloniais portuguesas, já em 1973 o número dos “reordenados” era superior a 42 mil camponeses.

Apesar de os planos da GPZ terem propalado largamente que o “reordenamento” visava a “promoção social dos camponeses”, a sua implementação revela uma lógica militar.

Com os aldeamentos, o regime colonial português pretendia fazer face à luta de libertação nacional que se alastrava no estratégico distrito colonial de Tete.

CAPITULO III:

IMPLICAÇÕES SÓCIO - ECONÓMICAS DO REASSENTAMENTO

3.1. Introdução

Neste capítulo, iremos descrever e examinar os efeitos sócio - económicos resultantes do aldeamento involuntário dos camponeses que viviam ao longo das margens do rio Zambeze, principalmente Chicoa Velha, cujas terras foram submersas pela albufeira de Cahora Bassa. Primeiramente, iremos nos debruçar sobre a ocupação territorial e actividades económicas dos camponeses antes do reassentamento, nas aldeias clánicas, o que servirá de base para a análise da sua vida nos aldeamentos.

3.2. As Aldeias Clánicas

3.2.1. Formas de Ocupação Territorial

O padrão de povoamento existente em Chitima antes dos programas de "reordenamento" quer coloniais quer pós - coloniais tinham como característica a existência de aldeias clánicas compreendendo, no máximo, entre 20 a 50 famílias. Outras eram um pouco maiores, dependendo do prestígio do chefe ou da localização da aldeia nas redondezas de algum centro comercial ou existência de áreas propícias para a prática da agricultura.⁸⁵

Para além dos factores culturais, tradicionais, históricos, políticos etc. antes do "reordenamento" involuntário da população pelas autoridades coloniais portuguesas, ocorrido na década de 1970, a ocupação territorial era feita segundo a "lei natural de

⁸⁵ ADAM, Yussuf. "Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique." In: *Arquivo Número 10*. Borges - Coelho, João Paulo (ed.), p.185.

fixação da população”, isto é, as populações se concentravam onde houvesse fontes de água e bons solos para a prática da actividade agrícola tanto de sequeiro como de regadio.⁸⁶

A maioria da população vivia em pequenos aglomerados familiares concentrados nas zonas baixas das valas dos rios que caracterizava hidrograficamente a zona da circunscrição colonial de Mágoè.⁸⁷

O “Plano para o Reordenamento da População da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa” reconheceu que a densidade populacional na zona que foi inundada pelas águas da albufeira de Cahora Bassa era superior às restantes regiões de Mágoè, Marávia e Zumbo, zonas abrangidas pela formação da albufeira. Na zona que foi inundada, a densidade populacional era de 11.7 habitante/km², enquanto que nas restantes regiões era de 1.5 habitante /km².⁸⁸

Esta forma de povoamento constituía uma resposta da população às condições naturais existentes no distrito colonial de Tete. Conforme nos referimos em linhas anteriores, o clima é semi - árido, com uma precipitação média anual de cerca de 600 mm. As terras mais férteis se encontravam nas margens dos rios, como era o caso de Chicoa Velha.

3.2.2. Actividades Económicas

A atracção demográfica para a zona onde hoje temos a albufeira de Cahora Bassa era determinada pelos recursos naturais do rio e as potencialidades agrícolas nas suas margens. Para além da caça e pesca, a população das zonas ribeirinhas do rio Zambeze

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ MFP Z. Op. cit., p. 1.

podia praticar a agricultura de regadio localmente conhecida por *Murope*, junto das margens anualmente fertilizadas pelas cheias.⁸⁹

Nas machambas de regadio, entre os meses de Fevereiro/Março e Julho/Agosto, cultivavam - se hortaliças (cenoura, tomate, cebola, beringela) consociadas com a produção de milho, abóbora e feijão - nhemba. Também se cultivava batata-doce, quiabo, piri - piri e pepino.⁹⁰

Normalmente, cada agricultor possuía duas machambas, uma de regadio e outra de sequeiro. Este sistema garantia a continuidade da produção durante todo o ano e em períodos de seca. No período em que se trabalha as machambas de sequeiro ou seja primeira época, de Novembro a Fevereiro, se cultivavam a mapira, mexoeira, melancia, pepino, feijão - nhemba e abóboras, consociadas.⁹¹

Sob ponto de vista económico, a sobrevivência das famílias camponesas assentava fundamentalmente na agricultura familiar, caça, pesca e trabalho migratório. A alimentação dos camponeses era garantida pelo produto das actividades agrícola, pesqueira e de caça.⁹²

⁸⁹ Entrevista com Penzulani Mafalanjala, Maurício Alemão e Bernardo Tapuleta Potoroia, Masecha, 25 de Maio de 1998. As descargas não reguladas, provenientes da bacia hidrográfica do Zambeze, inundavam o vale por um período de 7 a 9 meses todos os anos. As áreas inundadas eram muito férteis e permitiam a prática da agricultura de recuo, caça e pesca e muitos recursos para os seus habitantes.

⁹⁰ Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisane Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence e Maria Gaufo, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001; Entrevista com Basílio Chindzisana, Ragi Foa Miguel e Carlos Sabonete, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001; BRAGA, Alexandre. Plano para o Reordenamento das Populações da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa, aos anos 1968 - 1973. Tete, MFPZ, 1968, p.6.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Normalmente, emigrantes moçambicanos do distrito colonial de Tete tinham como destino a então Rodésia do Sul (actual Zimbabwe). Ao nível do distrito colonial de Tete trabalhar na então Rodésia do Sul fazia parte dos costumes locais, até ao ponto de todos os jovens para se casarem terem que trabalhar durante algum tempo na então Rodésia do Sul para conseguir o *chitholo* que era constituído por objectos de uso e consumo e, até, dinheiro utilizados para compensar a família da noiva. Os emigrantes moçambicanos na então Rodésia do Sul se empregavam na indústria mineira, nas plantações de milho e tabaco, e mesmo nos serviços domésticos, restaurantes e hotéis, e municipais.

O trabalho assalariado nas cantinas, emprego doméstico e o trabalho migratório, cujos destinos mais comuns eram a então Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), Beira e, numa fase posterior, Songo para a construção de vias de acesso e da própria barragem de Cahora Bassa, faziam com que os camponeses tivessem os rendimentos monetários essenciais para a reprodução das famílias. Estes rendimentos permitiam a compra de bens de uso doméstico e consumo tais como sabão, petróleo, vestuário, instrumentos agrícolas (charruas), construção de casas e a compra de géneros alimentícios nos momentos de crise.⁹³

A combinação de todas estas actividades económicas fazia com que a população tivesse recursos alimentares suficientes para todo o ano ou mais. Os casos de fome não eram frequentes.

3.3. Os Aldeamentos

3.3.1. Formas de Ocupação Territorial

Tal como foi anteriormente descrito, a selecção dos locais onde os camponeses que viviam nas actualmente submersas zonas ribeirinhas do rio Zambeze foram reassentados foi baseada em critérios estratégico - militares. Embora as autoridades coloniais portuguesas propalasses que teriam em conta a fertilidade dos solos, existência de fontes de água, parecer favorável das populações, compatibilidade étnica entre os que já habitam e os que seriam reassentados na área etc.

⁹³ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

A vida nos aldeamentos era muito diferente do que fora prometido pelas autoridades coloniais portuguesas, cujo discurso se resumia no seguinte slogan: “promoção social dos camponeses”.⁹⁴

Exceptuando alguns aldeamentos que eram usados para fins publicitários como foram os casos de Boroma, Ndegué e Marara⁹⁵, o nível de vida dos camponeses nos aldeamentos decresceu quando comparado ao das suas zonas de origem. Em média um aldeamento típico albergava cerca de 1.500 pessoas.⁹⁶

Os proponentes da construção da barragem de Cahora Bassa haviam prometido infra-estruturas sociais e programas de educação e saúde. Segundo o seu programa, os aldeamentos teriam à sua disposição escolas, postos de socorro, moagem, armazéns de reservas alimentares, lavadouros, assistência agropecuária, centro social e campo de futebol.⁹⁷

Na realidade, poucos aldeamentos tinham todas ou pelo menos a maior parte destas condições. Pois o objectivo do regime colonial português não era, de maneira nenhuma, modificar as suas relações com o campesinato, nem de o conceder um espaço económico e político. Tudo se enquadrava na sua resposta ao avanço da luta de libertação nacional. Neste caso concreto à abertura da frente de Tete. Os aldeamentos eram uma estratégia

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Estes aldeamentos tinham sido preparados com um certo cuidado para servirem de “salões de visitas”. As populações foram levadas para estes três aldeamentos nas melhores condições possíveis. As autoridades coloniais portuguesas dispensaram toda a atenção que podiam a estes aldeamentos e quando chegassem jornalistas ou figuras eminentes da comunidade internacional que quisessem se inteirar do processo de aldeamento eram levados para estes aldeamentos com vista a deixar transparecer que, de facto, o regime colonial português estava comprometido com a promoção social dos camponeses reassentados.

⁹⁶ Contudo, haviam aldeamentos que tinham um número de pessoas superior a 1.500. Os aldeamentos de Boroma, Ndegué e Marara chegaram a ter aproximadamente dois, três e seis mil pessoas respectivamente.

⁹⁷ BRAGA, Alexandre. *Plano para o Reordenamento Rural das Populações de Changara e Chioco, anos 1971 3 1972*. Tete, GPZ, 1972, p. 33.

das autoridades coloniais portuguesas para garantir um maior controlo da população camponesa.

Os aldeamentos estavam vedados por um arame farpado e guarnecidos por milícias⁹⁸, que, observando as normas de "Identificação e Controlo da População", controlavam todos os movimentos dos camponeses, provocando neles um sentimento de prisioneiros, experiência bem amarga a que foram sujeitos os nossos informantes Mavula Sinoia,

Pensulane Mafala - Ninjala e Virgílio Mabunha:

Fomos obrigados a viver num aldeamento vedado por um arame farpado. E no aldeamento existiam milícias que alegavam querer proteger - nos contra o inimigo. Não nos podíamos movimentar à vontade. Os nossos movimentos eram controlados. Em todos os lugares para onde nos deslocávamos éramos escoltados pela polícia. Mesmo quando fossemos à procura da lenha ou à machamba nos escoltavam alegando querer nos proteger.⁹⁹

Estas normas que regiam os aldeamentos, impostas pelas autoridades coloniais portuguesas, deviam ser observadas à letra, particularmente a do controlo de saídas e entradas dos camponeses no aldeamento. Para os camponeses se ausentarem do aldeamento tinham que ter autorização dos responsáveis do mesmo, na qual indicavam o destino, a finalidade e a hora do regresso. De acordo com as palavras de Supia Sargento e Carlos Soda Churo, a não observância da hora de regresso, por qualquer que fosse o motivo, acarretava consigo terríveis consequências:

Começávamos a trabalhar nas nossas machambas às 6:00 horas da manhã e tínhamos que sair de lá entre as 12:00 - 12:30, uma vez que até às 13:00 horas tínhamos que estar no aldeamento. Éramos sempre escoltados pela patrulha. Guarneciam - nos para evitar que tivéssemos contactos com os guerrilheiros da FRELIMO no mato.¹⁰⁰

⁹⁸ As milícias eram normalmente recrutadas em zonas distantes à dos aldeamentos onde iriam trabalhar, como por exemplo Quelimane, muito provavelmente para limitar no máximo a existência de laços de parentesco entre as milícias e os camponeses e assim as milícias podiam ser mais cruéis para com os camponeses. As milícias eram submetidas a um curso de quinze a trinta dias e depois começavam a trabalhar, tinham um uniforme preto e em cada aldeamento existia um ou dois responsáveis de raça branca para controlar as actividades das milícias.

⁹⁹ Entrevista com Mavula Sinoia, Pensulane Mafala - Ninjala, Virgílio Mabunha e Beulane Phindulane, Massecha, 13 de Julho de 2001.

¹⁰⁰ Entrevista com Supia Sargento e Carlos Soda Churo, Chitima, 22 de Maio de 1998.

Os camponeses que por alguma razão regressassem tardiamente eram sujeitos à interrogações sobre onde é que estiveram e a que propósito. Posteriormente, as milícias entregavam as pessoas em causa à Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e eram acusados de secretamente fornecer comida e informações à FRELIMO. Antes de ser autorizados a regressarem à casa, os acusados eram severamente maltratados e ameaçados, alguns até chegaram a perder a vida durante os interrogatórios.¹⁰¹

3.3.2. Actividades Económicas

As terríveis consequências sócio - económicas dos aldeamentos eram exacerbadas pelas longas distâncias para se chegar às machambas, os camponeses levavam muito tempo para chegar às suas novas machambas e pelo facto de a qualidade dos solos não ser tão boa como a dos que haviam deixado nas suas zonas de origem. Esta realidade é corroborada por Albino Waisse Sixpence, que foi retirado à força de Chicoya Velha, sede do então Posto Administrativo do mesmo nome: “Em Chicoya Velha, os solos eram muito férteis. E estes aqui são muito pobres e cheios de pedras, o que faz com que os níveis de produção sejam baixos”.¹⁰²

Para além da pobreza dos solos, contribuiu para a diminuição dramática dos níveis de produção a falta de diversificação da localização das machambas por causa da aridez dos solos e a falta de machambas de irrigação.¹⁰³

A decisão das autoridades coloniais portuguesas de distribuir uma pequena machamba para cada família, 0,5 hectare, entrava em contraste com a anterior situação em que,

¹⁰¹ Entrevista com Peter Size e Fedi Alfante, Chinyanda Nova, 25 de Maio de 1998.

¹⁰² Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisane Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence e Maria Gaufo, Chicoya Nova, 16 de Julho de 2001.

¹⁰³ *Ibidem*.

estrategicamente, os camponeses cultivavam duas ou mais machambas. Estas machambas estavam localizadas em diferentes zonas ecológicas para se aproveitar da melhor maneira as variações dos solos, sol do dia e humidade e minimizar os riscos. Os problemas da produtividade foram exacerbados por os agrónomos ao serviço Divisão Agrária (DA) proibirem a diversificação de culturas, alegando que causava confusão nas machambas.¹⁰⁴

Com esta combinação de medidas restritivas da DA e a infertilidade dos solos onde os camponeses foram reassentados, não é surpreendente que as comunidades camponesas “reordenadas” tenham enfrentado uma situação de insegurança alimentar e má nutrição. Maurício Alemão, de Massecha, descreve eloquentemente a situação que se vivia nos aldeamentos: “Aqui não produzimos tanto como acontecia em Chicoa Velha. Em Chicoa Velha podíamos cultivar 3 ou 4 machambas, diversificar as culturas e plantar durante todo o ano incluindo nos períodos de seca”.¹⁰⁵

Igualmente, na maior parte dos aldeamentos existiam poucas oportunidades de diversificação de fontes de rendimentos, tais como a pesca e caça para fazer face à insegurança alimentar.¹⁰⁶

Apesar da muito propalada operação “Arca de Noé”, que visava a evacuação da fauna para formação de reservas, com a formação da albufeira de Cahora Bassa muitos animais se afogaram. As consequências das águas foram devastadoras. Bento Estima e Joseph Ndebvuchena ainda se recordam muito bem do que sucedeu:

¹⁰⁴ ISAACMAN A. & SNEDDON C. Op. cit., p. 620.

¹⁰⁵ Entrevista com Penzulani Mafalanjala, Maurício Alemão e Bernardo Tapuleta Potoroia, Massecha, 25 de Maio de 1998.

¹⁰⁶ BOLTON, P. Op. cit., p. 364 ; Entrevista com padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

Depois de começar o enchimento da albufeira, muitos animais foram abandonados em Tanzwa e Manherere, ilhas localizadas no rio Zambeze. Alguns morreram nestas ilhas por falta de alimentação suficiente. À medida que a água subia de nível, muitos animais incapazes de nadar foram levados pela corrente da água para a outra margem do rio. Os babuínos, macacos, hienas que não podiam nadar foram mortos. Os porcos do mato, búfalos e elefantes não tiveram nenhuns problemas para nadar para as margens e sobreviver.¹⁰⁷

E mesmo em áreas onde os animais sobreviveram, as autoridades coloniais portuguesas proibiam os camponeses de possuir armas de caça e restringiam severamente os seus movimentos. Igualmente, para muitas comunidades camponesas forçadas a deixar as suas zonas de origem, a actividade pesqueira já não era possível.¹⁰⁸

Segundo os nossos entrevistados, embora tenha variado de intensidade, escala e duração, a insegurança alimentar ocorria com muita frequência nos aldeamentos. Os programas de combate à fome levados a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas, que se resumiam na distribuição de feijão, milho, açúcar, sal e outros produtos de primeira necessidade para enriquecer a pobre dieta dos camponeses nem sempre resolviam o problema da fome. Muitas vezes a população era forçada a alimentar-se de culturas mais resistentes a seca como o sorgo e a mandioca, bem como raízes¹⁰⁹, tubérculos¹¹⁰ e outras frutas silvestres com pouco valor nutricional.¹¹¹

¹⁰⁷ Entrevista com Bento Estima e Joseph Ndebvuchena, Chitima, 19 de Maio de 1998.

¹⁰⁸ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001; Entrevista com Bento Estima e Joseph Ndebvuchena, Chitima, 19 de Maio de 1998.

¹⁰⁹ Uma das raízes mais consumidas pelos camponeses era o *Nyika*, colhida nas margens dos rios. Estas raízes não tem nenhum valor nutritivo, e acredita-se que provocam dores de estômago e problemas de má nutrição. Perto do rio também se colhiam algumas ervas silvestres, que incluem *nyalissosa*, *nyatunco*, *cundi*, *pundi*, e *nyanguaroguaru*, com muito pouco ou mesmo nenhum valor nutritivo.

¹¹⁰ Os tubérculos mais usados eram geralmente de plantas de rasteiras (*kaioli*, *kangale*, *nangwa*, *kansengwa*).

¹¹¹ As frutas mais utilizadas eram as do embondeiro (*dambe*, pl. *malambe*), de que se utiliza o pó da polpa (*uzu*, *bozo*), para consumo e para o condimento na fermentação de bebidas, e as pevides (*mbuyu*) como alternativa ao amendoim, as maçanicas, ou maçãs anãs silvestres (*tsau*, pl. *Masau*), que podem ser consumidas frescas ou secas, sendo ainda matéria-prima para a destilação de uma aguardente muito forte.

3.4. Saúde

À semelhança do que acontece noutros projectos do género em inúmeros lugares do mundo¹¹², as doenças e a taxa de mortalidade aumentaram de forma assustadora nos aldeamentos. Especialmente entre os grupos etários mais vulneráveis: crianças e idosos. Na maior parte dos aldeamentos, condições de saúde e saneamento básico inadequados eram muito comuns e por causa disso registavam - se com muita frequência epidemias de doenças como a cólera e malária.¹¹³ Existiam poucas latrinas para um número considerável de camponeses aglomerados em espaços muito pequenos. De acordo com o nosso informante Padre Cláudio Cremi,

Os camponeses construíam as suas próprias casas próximas umas das outras, com menos de dois metros de separação. Não existia espaço suficiente para a construção de latrinas e muitas pessoas defecavam ao ar livre. Não existia água potável e as pessoas usavam a água de poços. Qual é o resultado? Eclodiu a epidemia da cólera e aproximadamente oito pessoas morreram. Isto ocorreu apenas em Chakilkoma de Novembro a Dezembro de 1972 e Janeiro de 1973.¹¹⁴

Apesar de não dispormos de dados relacionados com a saúde do período anterior ao “reordenamento” da população, o testemunho de Faquirina Calavina, que, aliás, foi partilhado por muitos dos seus vizinhos que igualmente foram forçados a sair das suas zonas de origem, sugere que realmente houve um aumento de casos de doenças e da taxa de mortalidade.

Naquela altura, haviam muitas pessoas concentradas no mesmo sítio, com chuvas intensas, porque chegamos aqui em Novembro, e por isso havia muitos casos de doenças tais como cólera,

(*kachasu*) ou para o fabrico de doces (*chikodogwa*); das nozes de canho (*mpfula*) extrai-se um condimento com sabor de amendoim.

¹¹² Segundo Patrick McCully, muitas vezes os locais de reassentamento não são saudáveis, com condições de higiene e saneamento básico inadequado e susceptível a propagação de doenças. Em casos de propagação de doenças as crianças e idosos são os mais afectados.

¹¹³ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

¹¹⁴ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

diarreia, sarampo e varíola que vitimavam muitas pessoas principalmente crianças e idosos, que eram as faixas etárias mais numerosas nos aldeamentos.¹¹⁵

A opinião de que nos aldeamentos houve aumento de casos de doenças e da taxa de mortalidade é também corroborada por Marubasse Falau e Isabel Domingos que involuntariamente tiveram que sair de Chicoa Velha para Chicoa Nova: “Nos aldeamentos havia muita doença e muita mortalidade porque vivíamos muito apertados e o ar que respirávamos não era puro e causava muita doença.”¹¹⁶

Para além das doenças supracitadas, os aldeamentos estavam inundados por muitos casos de um tipo de doença que antes era quase inexistente, de novo Albino Waisse Sixpence dá o seu testemunho:

Nos aldeamentos haviam muitas Doenças de Transmissão Sexual (DTS's), porque lá havia muita gente concentrada no mesmo sítio e também as milícias, que eram provenientes doutros locais, tais como Quelimane e semestralmente estavam sujeitos à transferência, vinham sem as suas mulheres e levavam as mulheres de outras pessoas... até nos arrancavam, mas como não tínhamos armas...¹¹⁷

Outra explicação para o aumento de casos de doenças e taxa de mortalidade avançada pelos camponeses, particularmente os mais velhos, era a falta de protecção pelos espíritos dos seus antepassados, os *mphondoros*, pois os seus túmulos haviam ficado debaixo da água nas suas respectivas zonas de origem. Este desespero era generalizado e Peter Sam Chakumbuka Phiri sugere isso quando nas suas próprias palavras diz o seguinte: “Com os túmulos dos nossos *mphondoros* na água, ficamos vulneráveis a tudo,

¹¹⁵ Entrevista com Manuel Sargento Canavete, Faquirina Calavina, Gadzirane Feijão e Manuel Saene Chachoka, Massecha, 13 de Julho de 2001.

¹¹⁶ Entrevista com Maria Gaufo, Marubasse Falau, Emília Fortunato e Isabel Domingos, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

¹¹⁷ Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisane Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence e Maria Gaufo, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

daí que não seja surpresa esta onda de doenças, algumas das quais novas e que não sabíamos como as curar.”¹¹⁸

O nosso informante acrescenta que mesmo as doenças que já eram conhecidas pelos camponeses lhes criavam problemas sérios na medida em que muitos medicamentos tradicionais que existiam nas suas zonas de origem não estavam disponíveis nos aldeamentos. Para além do facto de os medicamentos existentes nos aldeamentos serem insuficientes para uma grande multidão concentrada no mesmo sítio, os camponeses desconheciam o valor e utilidade, da maior parte das novas plantas medicinais existentes nos aldeamentos.¹¹⁹

3.5. Destruição do Tecido Social

Nos aldeamentos, a maioria da população era constituída por mulheres e crianças, pois a maioria dos homens trabalhavam na então Rodésia do Sul, Beira, no Songo na construção da barragem ou eram milícias. O testemunho do padre Cláudio Cremi é elucidativo:

Nos aldeamentos haviam poucos homens, pois, por exemplo, nesta zona de Chitima, muitíssimos homens tinham ido trabalhar no Songo e ficavam lá durante o ano inteiro e depois voltavam. Portanto, as mulheres ficavam sozinhas com as crianças e tinham que se dedicar à agricultura, procurar lenha, buscar água etc. era muito difícil...¹²⁰

Devido a vários factores, mas fundamentalmente à infertilidade dos solos e escassez de fontes de água nos locais de reassentamento dos camponeses e o facto de estes terem sido obrigados a sair das suas zonas de origem antes de colherem a sua produção, a fome

¹¹⁸ Entrevista com Henrique Conforme Murendja, Virgílio Manuel, João Castelo, Gabriel Albano e Peter Sam Chakumbuka Phiri, Chicoa Emboque, 20 de Julho de 2001.

¹¹⁹ Entrevista com Fernando Alberto Damião, Américo Alemão Kaluno, Estêvão Argola Mafalaluséne, Calisto António Meque, Manuel Francisco Sanguate, Masão Argola Mafalaluséne, Ligussone Qualquer Jacob e Mariano Gonçalves Jaime, Chipalapala, 17 de Julho de 2001.

¹²⁰ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

nos aldeamentos foi uma realidade inquestionável. Alguns dos produtos que antes os camponeses produziam nas suas machambas, como por exemplo o milho, agora tinham que comprar. Maria Gaufo, uma das vítimas, ainda se recorda muito bem do que aconteceu:

Em Chicoa Velha, produzia muito bem nas minhas duas machambas, uma de sequeiro e outra de regadio e até tinha um excedente que vendia aos cantineiros locais. Agora aqui, em Chicoa Nova, onde fui trazida contra a minha vontade, não produzo nada e tenho que comprar milho nos que têm para comer com os meus filhos e netos.¹²¹

Embora não fosse muito dinheiro, as milícias, que normalmente eram provenientes de outras regiões, como por exemplo Quelimane, sem as suas famílias e sujeitos à transferência semestrais, eram uma espécie de funcionários públicos, pois tinham um ordenado.¹²² As comunidades camponesas que viviam nos aldeamentos, conforme nos referimos em linhas anteriores, eram maioritariamente compostas por mulheres e crianças que na sua luta pela sobrevivência tentavam encontrar estratégias para tirar o pouco dinheiro dos militares e milícias, oferecendo - lhes algo que precisassem, neste caso bebidas e mulheres.¹²³ Esta situação provocou o que o padre Cláudio Cremi chamou de grande novidade dos aldeamentos, e que em Chitima o fenómeno foi exacerbado pela existência de uma base de tropas portuguesas:

... mas, por exemplo, uma coisa que para mim foi uma grande novidade, pois não existia antes era a prostituição nos aldeamentos. Nos aldeamentos havia muita fome e tudo precisava de dinheiro, assim, como havia homens que ganhavam dinheiro, os militares e milícias, então as mulheres se prostituíam para poderem sobreviver.¹²⁴

¹²¹ Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisane Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence e Maria Gaufo, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

¹²² Entrevista com padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

¹²³ Geralmente a bebida consumida era a cerveja de mapira, de milho ou de mexoeira fermentados, chamada *bwadwa* (em ciNungwe). Nalguns casos igualmente se usa aguardente destilada de fruta (maçanica, banana, etc.) ou de qualquer produto fermentado (farelo açucarado, cana sacarina, etc.). A aguardente chamava - se *kacasu*.

¹²⁴ Entrevista com o padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

O surgimento das trabalhadoras do sexo nos aldeamentos era apenas uma das formas de abuso das mulheres e crianças, pois, existiam outros militares e milícias que pura e simplesmente levavam as mulheres dos camponeses à força, segundo nos diz Manuel Saene Chachoka "... até arrancavam as nossas mulheres, mas como não tínhamos armas..."¹²⁵

Este uso da força e intimidação pelos militares para se satisfazerem sexualmente com mulheres alheias é corroborada e melhor descrita por Carlos Sabonete:

... casamento dele era obrigatório, não era casamento por amor, as pessoas eram obrigadas a aceitar e diziam que se você nega já sabe, eu sou militar e as nossas mulheres contra a sua vontade tinham que aceitar os militares e quando eram transferidos, frequentemente os militares deixavam os seus filhos no aldeamento em que estavam a viver e assim sucessivamente...¹²⁶

3.6. Conclusão

Antes do "reordenamento" dos camponeses em aldeamentos devido à construção da barragem de Cahora Bassa e formação da albufeira do mesmo nome, estes faziam a ocupação territorial segundo a "lei natural e cultural de fixação da população", isto é, preferencialmente as populações fixavam-se onde houvesse recursos de água e bons solos para a prática da actividade agrícola.

Uma vez que o clima de Tete é semi - árido, com uma precipitação média anual de 600 mm, a maioria dos camponeses viviam nas margens dos rios, como era o caso do rio Zambeze, onde para além da agricultura de regadio ou seja *Murope* também podiam se dedicar à caça e pesca.

As populações que viviam nas zonas ribeirinhas do rio Zambeze, normalmente diversificavam estrategicamente a localização das suas machambas: uma nas margens do

¹²⁵ Entrevista com Manuel Sargento Canavete, Faquirina Calavina, Gadzirane Feijão e Manuel Saene Chachoka.

¹²⁶ Entrevista com Basílio Chindzisana, Ragi Foa Miguel e Carlos Sabonete, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

rio e outra nas terras altas, para a prática da agricultura de irrigação e de sequeiro respectivamente. O que permitia que os camponeses produzissem uma grande variedade de produtos durante todo o ano incluindo períodos de seca. Nas suas zonas de origem, esta forma de trabalhar a terra garantia a alimentação dos camponeses para todo o ano incluindo períodos de seca.

Porém, a agricultura, caça e a pesca eram complementadas pelo trabalho migratório, assalariado nas cantinas e emprego doméstico.

Por sua vez, a localização dos aldeamentos decorrentes da construção da barragem de Cahora Bassa e conseqüente formação da albufeira do mesmo nome, que em média albergava 1.500 pessoas, foi decidida pelas autoridades coloniais portuguesas obedecendo critérios estratégico - militares em resposta ao avanço da luta de libertação nacional no distrito colonial de Tete. Tendo como a mais imediata conseqüência a retirada compulsiva das populações das suas zonas de origem e o seu "reordenamento" em zonas inférteis e com escassez de fontes de água.

As conseqüências sócio - económicas dos aldeamentos foram exacerbadas pelo facto de as machambas estarem localizadas muito longe dos aldeamentos, e a qualidade dos seus solos ser inferior à dos deixados nas zonas de origem dos reassentados, para não falar da distribuição de apenas 0,5 hectare por família, independentemente do seu agregado familiar.

Embora a intensidade, escala e duração seja variável, o problema da insegurança alimentar nos aldeamentos era uma realidade muito frequente. Nos aldeamentos também se assistiu ao aumento dos casos de doenças, com destaque para as DTS's, e da taxa de mortalidade. Outro fenómeno provocado pelos aldeamentos foi a prostituição, que por

sua vez aparece como causa do aumento assustador dos casos das DTS's e de mães solteiras, pois quando as milícias eram transferidas, conforme o previsto, deixavam para trás os seus filhos e as suas pseudo - esposas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a ideia da construção da barragem de Cahora Bassa tivesse sido sugerida há quase cem anos depois da descoberta das potencialidades hidroeléctricas oferecidas pelo rio Zambeze, os planos da construção da barragem de Cahora Bassa começaram a ganhar forma em finais da década de 1950. O contexto económico e político da década de 1950 e 1960 influenciaram significativamente a construção da barragem de Cahora Bassa.

Apesar de a FRELIMO, com assistência de alguns segmentos da comunidade internacional ter tentado inviabilizar a construção da barragem de Cahora Bassa e consequente formação da albufeira através da pressão diplomática sobre os governos que tinham a ver com o financiamento e construção da barragem, escritos de académicos e outros simpatizantes da ideia de Moçambique independente e acções militares, o mesmo acabou por se concretizar com o início do enchimento da albufeira no dia 5 de Dezembro de 1974.

Das evidências das entrevistas e documentos escritos concluímos que:

- As pessoas que viviam nas zonas ribeirinhas do rio Zambeze foram forçadas a sair das zonas de origem para outras indicadas pelas autoridades coloniais portuguesas. A sua retirada e reassentamento nos aldeamentos não foram adequadamente preparados. O processo foi rápido, violento e repressivo.
- Maioritariamente, os camponeses que foram forçosamente retirados das suas zonas de origem para serem reassentados noutras zonas não foram previamente consultados e a decisão de os reassentar foi imposta aos líderes comunitários e

sua população. Na maior parte dos casos, o próprio processo de retirada foi traumatizante e durante o trânsito os camponeses perderam os seus bens e gado.

- Os planos de reassentamento eram inadequados. Por exemplo, o próprio número de camponeses que seriam reassentados foi continuamente alterado durante o processo de reassentamento. Embora as autoridades coloniais portuguesas tenham propalado que iriam reassentar 25 mil pessoas, nos finais de 1973, as mesmas reconheceram que o número de reassentados era superior a 42 mil pessoas.
- O processo de reassentamento como tal tinha pouca prioridade na construção da barragem de Cahora Bassa. Na selecção dos locais de reassentamento dos camponeses prevaleceram critérios estratégico - militares. As autoridades coloniais portuguesas apenas estavam preocupadas em organizar os aldeamentos de modo a fazer face à luta de libertação nacional que se alastrava no distrito colonial de Tete.
- Os reassentados eram maioritariamente camponeses que praticavam a agricultura de subsistência nas zonas ribeirinhas do rio Zambeze como sua principal actividade económica. Estes camponeses viram as suas machambas reduzidas e sem possibilidade de continuar a ter duas ou mais machambas localizadas em diferentes zonas ecológicas para poderem produzir todo o ano e em período de seca. Para além de que nos aldeamentos as terras eram pobres quando comparadas com as deixadas ao longo do rio Zambeze. Para além das suas terras ricas nas margens do rio Zambeze, as populações perderam o acesso à pesca e caça. A retirada dos camponeses nas suas zonas de origem e o seu

reassentamento nos aldeamentos provocou situações de insegurança alimentar e pobreza.

- No geral, os camponeses tiveram perdas económicas (terra) e sociais (estrutura social foi destruída e as pessoas foram separadas dos seus familiares) e também culturais (a perda de túmulos dos antepassados). Os benefícios (escolas, postos de saúde e outras infra-estruturas sociais) foram de longe inferiores às perdas mencionadas em linhas anteriores. O que não é surpreendente porque os camponeses nunca foram efectivamente vistos como beneficiários da construção da barragem de Cahora Bassa.

O processo de reassentamento por causa da construção da barragem de Cahora Bassa e formação da respectiva albufeira foi mal conduzido, principalmente porque as comunidades foram socialmente, economicamente e culturalmente prejudicadas. Para um processo de reassentamento, que muitas vezes é feito em nome de desenvolvimento, ser bem sucedido, deve garantir que as pessoas reassentadas pelo menos mantenham a situação anterior nos aspectos básicos da sua vida. E não este que se resume em uma história de sofrimento e pobreza dos camponeses reassentados.

FONTES CONSULTADAS

As fontes consultadas estão divididas em primárias e secundárias. As fontes primárias subdividem - se em: (i) entrevistas feitas durante o trabalho de campo, (ii) documentos não publicados elaborados pelas autoridades coloniais portuguesas e (iii) jornais. A lista de fontes secundárias inclui: (i) livros e artigos publicados, (ii) teses e (iii) obras de referência.

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. Entrevistas

Entrevista com Júlio Calecoetoa, Songo, 18 de Maio de 1998.

Entrevista com Bento Estima e Joseph Ndebvuchena, Chitima, 19 de Maio de 1998.

Entrevista com Venâncio Leone, Chitima, 19 de Maio de 1998.

Entrevista com Padre Cláudio Cremi, Songo, 20 de Maio de 1998.

Entrevista com Jack Sobrinho e Wiseborn Benjamin, Chitima, 20 de Maio de 1998.

Entrevista com Senteira Botão, Eliot Jumbo, Muatisembero Sargento e Beatriz Maquina, Chipalapala, 20 de Maio de 1998.

Entrevista com John Pastor, Chitima, 21 de Maio de 1998.

Entrevista com John Paul e Khumbidzi Pastor, Chitima, 21 de Maio de 1998.

Entrevista com Supia Sargento e Carlos Soda Churo, Chitima, 22 de Maio de 1998.

Entrevista com Penzulani Mafalanjala, Maurício Alemão e Bernardo Tapuleta Potoroia, Massecha, 25 de Maio de 1998.

Entrevista com Peter Size e Fedi Alfante, Chinyanda Nova, 25 de Maio de 1998.

Entrevista com Ereman Conforme, Chipalapala, 26 de Maio de 1998.

Entrevista com Sene Simico, Mauzene Dique e Mzwengane Mafala - Njala, Nyatapira, 27 de Maio de 1998.

Entrevista com António Andrade, Jorge Niquisse Phiri e Francisco Lourenço Alfredo, Songo, 11 de Julho de 2001.

Entrevista com Júlio Calecoetoa, Bernardo Cunheti, Songo, 11 de Julho de 2001.

Entrevista com padre Cláudio Cremi, Chitima, 12 de Julho de 2001.

Entrevista com Govate Simbo, Mapondane José, Frederico Langedone, Evaristo Pacate e Venâncio Leone, Chipalapala, 12 de Julho de 2001.

Entrevista com Paulino Jaime Estêvão Mapranxene Nhamizinga, Romão Albano Chaochaca, Chipalapala, 12 de Julho de 2001.

Entrevista com Manuel Sargento Canavete, Faquirina Calavina, Gadzirane Feijão e Manuel Saene Chachoka, Massecha, 13 de Julho de 2001.

Entrevista com Mavula Sinoia, Pensulane Mafala - Ninjala, Virgílio Mabunha e Beulane Phindulane, Massecha, 13 de Julho de 2001.

Entrevista com Elione Merione, Sixpence Chiff Jamo, Paquisane Caetano, Chris Jamo, Albino Waisse Sixpence e Maria Gaufo, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

Entrevista com Maria Gaufo, Marubasse Falau, Emília Fortunato e Isabel Domingos, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

Entrevista com Basílio Chuidzisana e Ragi Foa Miguel, Chicoa Nova, 16 de Julho de 2001.

Entrevista com Fernando Alberto Damião, Américo Alemão Kaluno, Estêvão Argola Mafalacuséne, Calisto António Meque, Manuel Francisco Sanguate, Masnã Argola

Mafalacuséne, Ligussone Qualquer Jacob e Mariano Gonçalves Jaime, Chipalapala, 17 de Julho de 2001.

Entrevista com Henrique Conforme Murendja, Virgílio Manuel, João Castelo, Gabriel Albano e Peter Sam Chakumbuka Phiri, Chicó Emboque, 20 de Julho de 2001.

1.2. Documentos não publicados

BRIGADA DE ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS: *Elementos Económicos - Sociais, Relatório Geral (1959 - 1960)*. Lisboa, Relatórios da MFPZ, 1960 (DNA)

BRAGA, Alexandre. *Plano para o Reordenamento das Populações da Albufeira e Restantes Implicações de Cahora Bassa, anos 1968 - 1973*. Tete, MFPZ, 1968 (GPZ - Tete).

BRAGA, Alexandre. *Plano para o Ordenamento Rural das Populações de Changara e Chioco, anos 1971 e 1972*. Tete, GPZ, 1972 (GPZ - Tete).

FIGUEIRA, A. *Programa de Trabalho para o Ano 1972*. Tete, GPZ, 1972 (CDS).

FONTES, Fernando. *Contribuição da GPZ para o Relatório das Actividades do Ministério do Ultramar do Ano 1973*. Songo, GPZ, 1974 (CDS).

GOVERNO DO DISTRITO DE TETE, SERVIÇOS DISTRITAIS DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL. *Actas das Secções da Reunião dos Administradores e do Intendente com o Governo do Distrito, 27 - 28 de Dezembro 1968* (AHM).

GOVERNO - GERAL. *Programa de Trabalho 1974*, Lisboa, GPZ, 1974 (AHM).

GABINETE DO PLANO DE ZAMBEZE/MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. *Relatório de Actividades 1970*, Lisboa, 1971 (AHM).

HIDROTÉCNICA PORTUGUESA. *Relatório Preliminar. Características Gerais*. Lisboa, 1958 (DNA).

1.3. Jornais

Diário de Moçambique, 2 de Junho de 1967.

Diário de Moçambique, 21 de Junho de 1971.

Diário de Moçambique, 20 e 21 de Junho de 1971.

Diário de Moçambique, 29 de Junho de 1967.

Notícias, 5 de Setembro de 1962.

Notícias, 18 de Novembro de 1967.

Notícias, 29 de Setembro de 1971.

Notícias, 2 de Outubro de 1971.

Notícias, 21 de Novembro de 1971.

Notícias da Beira, 18 de Setembro de 1971.

Especial Notícias, Janeiro de 2000.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1. Livros e Artigos

ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital*, Distrito de Cahora Bassa, Província de Tete, Julho, 1996.

ADAM, Yussuf. "Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique". In: *Arquivo Número 10*. BORGES - COELHO, João Paulo (Ed.), 1991. pp. 185 - 208.

ARAÚJO, Manuel. *O sistema das Aldeias Comuns em Moçambique - Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*. Lisboa, UEM, 1988.

BENNET, Olivia. "Breaking the Threads: the real costs of forced resettlement". In: *The Journal of Oral History*, Volume 27, Número 1, 1999.

Dissertação de Licenciatura:

Cahora Bassa: O Processo e as Implicações Sócio-Económicas do Reassentamento no Posto Administrativo de Chitima, 1967-1974

António Francisco Tovela

RELATÓRIO DO Oponente

O Tema escolhido é bastante interessante e pouco explorado, até porque o enchimento da albufeira criada pela barragem de Cahora Bassa ocorreu em vésperas da independência e passou relativamente desprecebido, mobilizadas que estavam as forças sociais moçambicanas e os órgãos de informação para um acontecimento de alcance maior, o da independência nacional.

O trabalho está bem estruturado, bem apresentado e escrito, e baseia-se num conjunto razoável de fontes, quer escritas quer orais.

Relativamente à estrutura, e exceptuando a introdução e as conclusões, o trabalho divide-se em três partes: a primeira que trata do contexto em que a barragem de Cahora Bassa é construída; a segunda que trata do reassentamento dos camponeses devido ao enchimento da albufeira; e a terceira que aborda as implicações sócio-económicas desse reassentamento. O segundo e terceiro capítulos constituem a parte central da dissertação, tal como o tema foi definido.

Em relação ao primeiro capítulo, talvez o mais coeso dos três, nota-se um trabalho de leitura relacionado com o próprio projecto e outros afins, nomeadamente sobre a barragem de Kariba, que permite colocar correctamente em perspectiva as razões de construção da barragem e que leva o candidato a evitar embarcar numa tese triunfalista e teleológica bastante em voga a certa altura, segundo a qual o movimento de libertação não pretendia de facto inviabilizar a obra. Tovela mostra os esforços dos guerrilheiros para impedir a obra, embora de uma forma algo descentrada. De facto, em lugar de referir ataques não directamente relacionados como o levado a cabo contra a base aérea em Chingodzi em 1972 (pp. 27 e 28), poderia por exemplo ter explorado mais outras iniciativas relevantes como a tentativa de sabotar o transporte ferroviário e rodoviário das chamadas "cargas críticas", sobretudo na então circunscrição da Mutarara.

Mas o problema principal que encontro neste capítulo é que ao alinhar das razões estratégicas do regime colonial, o candidato não leva em linha de conta o facto importantíssimo de que o investimento externo mobilizado pelo projecto visava não apenas colmatar o défice colonial em termos de capital e know-how, mas igualmente comprometer as potências ocidentais na defesa da ordem colonial portuguesa. Neste aspecto, o candidato perde-se um pouco ao sobrestimar a força dos movimentos solidários com a luta de libertação, ignorando a postura mais conservadora dos governos dos países

desses movimentos (com a notável excepção dos países nórdicos). Caso paradigmático a este respeito é o do governo da então República Federal Alemã.

Assim, Questão 1: elabore um pouco mais sobre o envolvimento externo (não-português) no projecto de Cahora Bassa.

O segundo capítulo trata do reassentamento dos camponeses no contexto da obra, nomeadamente da antecipação do enchimento da albufeira. Embora a tese central defendida, de que nas prioridades do projecto das autoridades coloniais o destino dos camponeses não figurava num lugar elevado, a análise resulta bastante simplificada – simplista mesmo – quando, numa base ideológica, demoniza as autoridades coloniais e confere-lhes uma coesão que elas de facto não tiveram. De facto, a consulta detalhada da documentação revela contradições em alguns momentos extremadas entre os planos de reordenamento do Gabinete do Plano do Zambeze e as autoridades distritais / militares, mesmo se no final de contas, e devido ao aproximar da guerra, as segundas levaram a melhor na imposição do seu propósito de transferir e aldear rapidamente e a qualquer custo. Aliás, a pp. 34 está patente uma diferença de comportamento das autoridades (transferência planeada e transferência à força) que precisa de ser explicada a outra luz que a fornecida.

Questão 2: Como foi organizado o processo de reassentamento e quais as instituições coloniais que tomaram parte nele?

Finalmente, o quadro traçado no capítulo terceiro enferma desta mesma análise simplificada e ideológica que traça uma linha demasiado vincada entre a acção "malévola" das autoridades e os espaços pretensamente idílicos (na nota 89 da p. 40 fala de inundações benéficas que tornavam as terras muito férteis, com água 7 a 9 meses por ano; a pp. 51-52 traça o mesmo quadro) das aldeias clânicas (o termo é duvidoso), como se estas vivessem numa "autarcia dourada", no fundo ignorando a miséria criada por décadas de subdesenvolvimento imposto por uma administração colonial hiper-exploradora e uma natureza agreste (diz-se, a pp. 41, que os casos de fome não eram frequentes).

Questão 3: É correcto afirmar-se que nas aldeias a que chama clânicas (comunitárias?) se vivia, antes da transferência, uma vida despreocupada e sem escassez de recursos nem interferência das autoridades? Explique.

Questão 4: Afirma a dado passo a inundação dos santuários do M'phondoro como importante elemento de desestruturação e crise comunitária. Explique.

No fundo, penso que é necessário melhorar um aspecto técnico relacionado com a forma de integrar os depoimentos (aliás bastantes) na análise, nomeadamente considerando-os em perspectiva e não tomando-os como verdades absolutas.

Além disso penso que a análise beneficiaria de mais literatura sobre o processo técnico dos reassentamentos originados por grandes obras de engenharia (por exemplo CERNEA, Michael M., 1993: "Anthropological and Sociological Research for Policy Development on Population Resettlement", in Guggenheim, Scott E., and Michael Cernea (eds), *Anthropological Approaches to Resettlement. Policy, Practice, and Theory*, Boulder, San Francisco & Oxford: Westview Press; e CERNEA, Michael M., 1993b: "Disaster-related Refugee Flows and Development-caused Population Displacement", in Guggenheim, Scott E., and Michael Cernea (eds), *Anthropological Approaches to Resettlement. Policy, Practice, and Theory*, Boulder, San Francisco & Oxford: Westview Press); literatura secundária sobre as comunidades da zona para articular com as fontes orais (por exemplo OLIVEIRA, Carlos Ramos de, *Os Tuaras do Vale do Zambeze*, Lisboa: JICU, 1976); e por uma releitura mais atenta de algumas das obras citadas.

Para um trabalho esforçado, bem estruturado e bem escrito, apesar dos problemas apontados proponho a classificação de 11/12 valores.



João Paulo Borges Coelho
Professor Associado

BORGES - COELHO, João Paulo. "A Primeira Frente de Tete e o Malawi". In: *Arquivo Número 15*. BORGES - COELHO, João Paulo (Ed.), 1984. pp. 43 - 107.

BORGES - COELHO, João Paulo. *O Início da Luta Armada em Tete, 1968 - 1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo: AHM, 1989.

BORGES - COELHO, João Paulo. "Entrevista com Celestino de Sousa: A Actividade da FRELIMO em Tete, 1964 -1967". In: *Arquivo Número 10*. BORGES - COELHO, João Paulo (Ed.), 1991, 133 -168.

CERNEA, M.M. " African Population Resettlment in Global Context". In: COOK, Cynthia, C.(ed.). *Involuntary Resettlement in Africa*. Banco Mundial, 1994.

CHAMBERS, Robert. "Shortcuts and Participatory Methods for Gaining Social Information for Projects". In: CERNEA, M. (Ed.) *Putting People First. Sociological Variable in Rural Development*, World Bank, Oxford, 1995.

CLARK, Dana. "World Bank Resettlement Policy Compromised". In: *World Rivers Review*, Volume 17, Número 1, 2002.

COLSON, E.F. *The Social Consequences of Resettlement: The Impact of the Kariba Resettlement Upon the Gwembe Tonga*. Manchester: University Press, 1971.

CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. *Cahora Bassa: who will benefit by it?* Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

ELISEU, Albano Basílio & MEDEIROS, Eduardo. "Formas de Cooperação e Ajuda - Mútua nas Comunidades Nyungwe de Tete". In: *Arquivo Número 10*. BORGES - COELHO, João Paulo (Ed.) 1991. pp. 169 -184.

GEADA, José. "Cahora Bassa: 25 anos da História da Maior Central Eléctrica em África". In: *Tempo Número 1525*. 2001. pp. 26 - 32.

HANCE, William A. "Cahora Bassa Hidro Project: Portugal and South Africa seek political and economic gains from joint investment". In: *Africa Report*, Maio, 1970, pp. 20 -21.

HCB. *25 Aniversário da HCB*. HCB, SARL: Songo, 2000.

HEDGES, David (Coord.). *História de Moçambique Volume 3: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930 - 1961*, Maputo: Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

ISAACMAN, Allen & SNEDDON, Chris. "Towards a Social and Environmental History of the Building of Cahora Bassa Dam". In: *Journal of Southern African Studies*, Volume 26, Número 4, 2000.

ISAACMAN Allen & SNEDDON Chris. "Fanning the Flames: A History of Cahora Bassa's Role in Southern African Instability". In: *World Rivers Review*, Volume 16, Número 6, 2001.

MANZANARES, Alberto Abecassis. "Cahora Bassa não é um fim mas o primeiro passo para o desenvolvimento das grandes riquezas do vale do Zambeze". *Noticias*, 25 de Novembro de 1967.

McCully, Patrick. *Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams*, Londres & Nova Zelândia: Zeed Books/St. Martin's Press, 1996.

MIDDLEMAS, Keith. *Cahora Bassa: engineering and politics in Southern Africa*. London: Weidenfield and Nicolson, 1975.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

SCUDDER, Thayer. *The Ecology of the Gwembe Tonga*, Manchester: Manchester University Press for Rhodes - Livingstone Institute, 1962.

SCUDDER, T. & COLSON, E. "The Kariba Dam Project: Resettlement and Local Initiative". In: BERNARD, H.R. & PETTO, P.J. (eds.). *Technological and Social Change*. Macmillian, New York, 1972.

SCUDDER, Thayer. *Large Dams: Learning From the Past, Looking at the Future*, New York: McGraw Hill, 1998.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES, *Cahora Bassa and the Struggle for Southern Africa*, November 1971.

2.2 Teses

BOLTON, Peter. *The Regulation of Zambezi in Mozambique: a study of the origins and impact of the Cahora Bassa project*. Ph. D thesis. University of Edinburgh: Edinburgh, 1983.

BORGES - COELHO, João Paulo. *Protected Villages and Communal Villages in Mozambique in the Mozambican Province of Tete (1968 - 1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, University of Bradford, Department of Social and Economic Studies, (Tese de Doutoramento), 1993.

HENDERSON, Robert. *Portuguese Land Settlement Policy in Africa, 1928 - 1961, With Special Reference to Mozambique*, Centre for Southern African Studies, University of York, (Tese de Doutoramento), 1974.

JOSÉ, Paulo Lopes. *O Recrutamento de Mão - de - Obra e a Construção da Barragem de Cahora Bassa, 1969 - 1975*, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, Departamento de História, (Tese de Licenciatura), 2001.

2.3. Obras de referência

AMARAL, Vanda. *Guia para a apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

CABRAL, António. *Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique: Sua Origem*. Lourenço Marques, 1975.

CHILUNDO, Arlindo. *A Entrevista e a História Social* (mimeo), (S.L\S.D).

CRUZ E SILVA, Teresa. *História de Vida e Uso de Biografia como Fontes de Informação: Notas para uma Reflexão* (texto preparado para um seminário de Metodologias de Investigação em Ciências Sociais organizado pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Letras da UEM, 1998).

ECO, Humberto. *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Ed. Presença, 1977.

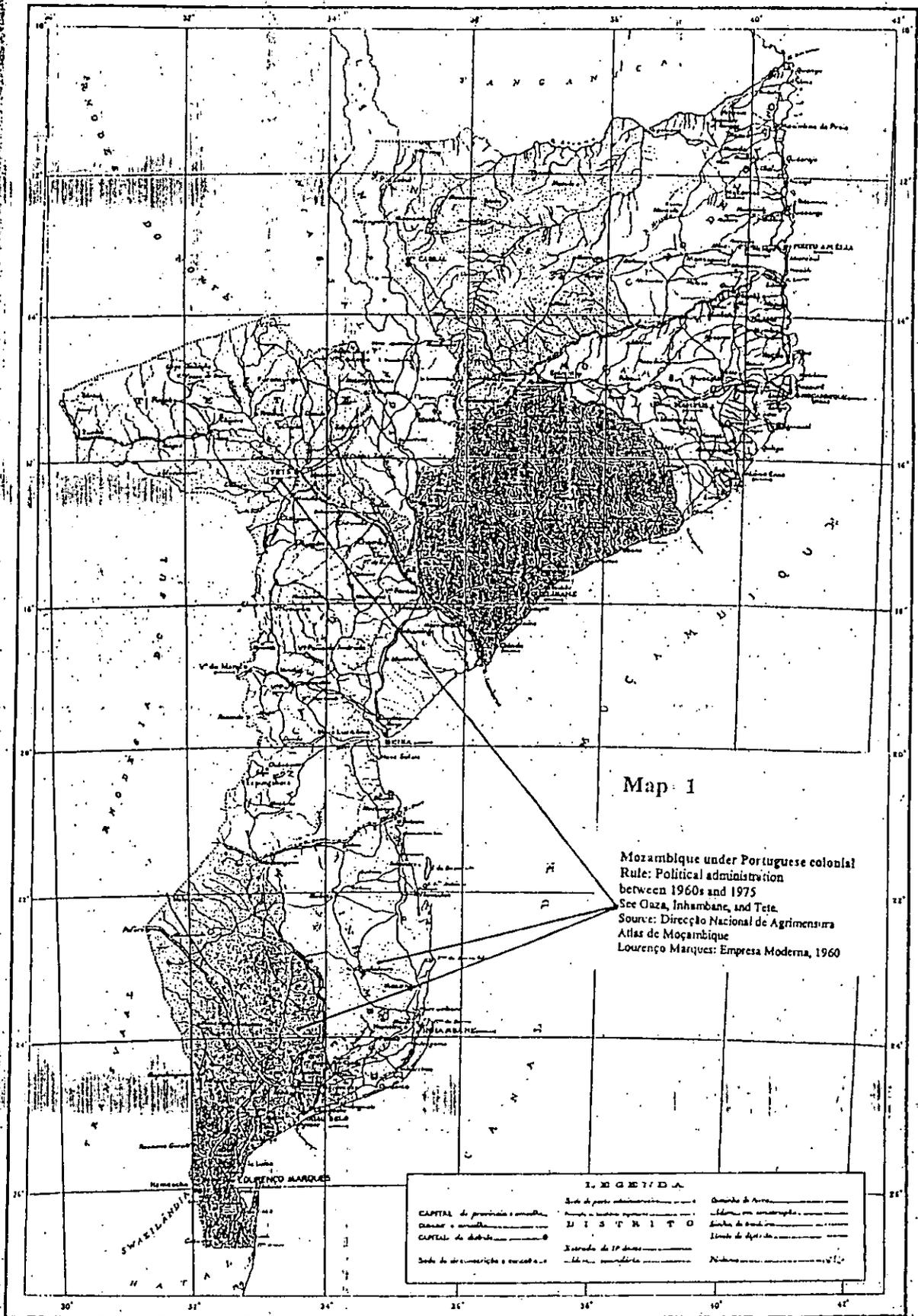
GIL, António Carlos. *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, São Paulo: Ed. Atlas S. A, 1988.

MARTINEZ, Francisco Lerma. *Antropologia Cultural: Guia para o Estudo*, Ed. Paulinas, 1999.

ANEXOS

1. Mapa de Moçambique sob a dominação do regime colonial português.
2. Mapa da actual província de Tete.
3. Mapa do Baixo Zambeze em Moçambique.
4. Mapa da localização das áreas de reassentamento.
5. Circular da Secretaria-geral.
6. GPZ: Programa de Trabalho para 1972.
7. Figura da fase final da construção de uma casa na aldeia de Sanangoé.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA



Map 1

Mozambique under Portuguese colonial Rule: Political administration between 1960s and 1975
 See Gaza, Inhambane, and Tete.
 Source: Direcção Nacional de Agrimensura Atlas de Moçambique Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1960

LEGENDA		
CAPITAL de provincia e comarca	Sede de povo administrativo	Comarca de Porto
Comarca e comarca	Comarca e comarca superior	Comarca em comarca
CAPITAL de distrito	DISTRITO	Sede de comarca
Sede de comarca e comarca	Sede de 1ª classe	Limite de distrito
	Limite municipal	Número

Escala 1:600,000

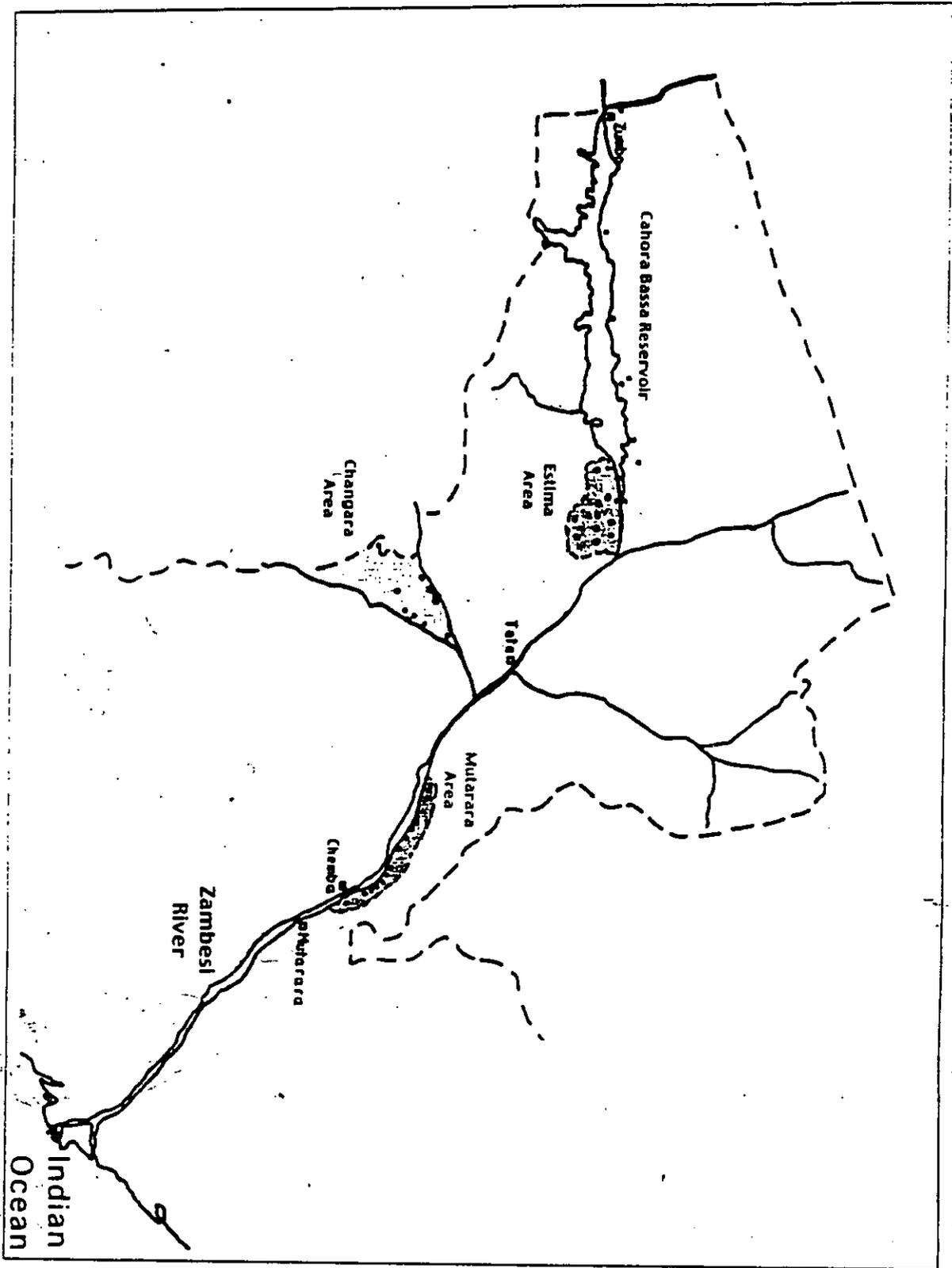


Figure 2

CONFIDENCIAL

R. P.

ESTADO DE MOÇAMBIQUE

ANM Administração
do Concelho de Mocimboa do Castelo

SECRETARIA GERAL

DESPACHO

CIRCULAR ÀS D.A. A QUEM RECOMENDO
A MELHOR ATENÇÃO PARA O ASSUNTO.
TETE, 28/12/73.

EXMO. SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO
DE TETE

ASS) GOMES DE AMARAL

No. 146 / 73 Conf.

Pr.

Lourenço Marques, 17 de Dezembro de 1973.

ASSUNTO: CONTROLO DO MOVIMENTO DAS POPULAÇÕES

1. De documentação muito recentemente apreendida ao Inimigo, resalta a sua preocupação de controlar as populações que lhe são essenciais; entre outros aspectos está em causa o funcionamento da sua cadeia logística.

2. Entre outros aspectos também, este funcionamento requer um contacto acobertado com elementos isolados, nos aldeamentos, nas machambas, quicá algures no mato; e um controlo de grupos que transportem géneros, armas, munições, engenhos, explosivos, etc. Há indicações de que se pretende incrementar este transporte, normalmente feito à cabeça ou de bicicleta, utilizando meios mais rápidos, presume-se que os nossos próprios transportes, procurando escapar à mais que pobre vigilância que normalmente exercemos sobre esses meios.

3. Assim, pensa-se que, em aditamento às instruções já dadas no sentido da P.S.P. e C.P.C.F. exercerem uma adequada fiscalização nas vias rodó e ferroviária, tentando detectar indocumentados e suspeitos, se deverão aplicar quaisquer medidas que procurem controlar os movimentos quer do Inimigo (incluindo as populações por si dominadas), quer as populações que nos estão afectas, com os objectivos de dificultar a livre circulação daquele, e de evitar os contactos com esta.

Isto faz pensar, por exemplo, numa fiscalização das entradas e saídas dos aldeamentos; numa detecção de elementos estranhos, quer nos aldeamentos quer nas suas cercanias; nas saídas das populações para as machambas somente com o conveniente enquadramento; numa fiscalização das vias de comunicação e meios de transporte que as utilizam, etc.

CONFIDENCIAL

21-A-20
18-1-74

Transcrever para os Postos de Mocimboa do Castelo e para os aldeamentos anexos. Recomende-se para a Sede para as saídas e entradas, nos meses de Janeiro e Fevereiro, que se consideram as saídas das D.A. para os Postos e a no. 19

CONFIDENCIAL

4. Face ao exposto, porque fazer incidir a mesma acção sobre tudo quanto contrarie a clandestina actividade Inimiga deve estar permanentemente na ideia de quanto trabalha lado a lado com as populações, com especial relevância para os aldeamentos, recomenda-se a melhor atenção de V. Ex^{as}. no sentido de se transmitirem a todos os interessados as convenientes e localmente mais aconselháveis indicações, no sentido de se procurar obter uma quanto possível efectiva fiscalização do movimento das populações.

Apresento a V. Ex^{as}. os meus melhores cumprimentos.

A BEM DA NAÇÃO

O SECRETÁRIO-GERAL

DAVID FERREIRA FERREIRA
CORONEL DE INPA.

DISTRIBUIÇÃO

A todos os Governos de Distrito

CONFIDENCIAL

SERVIÇOS AGRÁRIOS

PROGRAMA DE TRABALHOS PARA 1972

1. - Introdução

Os serviços agrários iniciaram a sua actividade em Março de 1971 com a admissão do adjunto de director, não dispondo ainda de mais nenhum técnico, falta que começa já a fazer-se sentir com o desenvolvimento das suas actividades.

As actividades destes serviços, a considerar para o ano de 1972 são principalmente as seguintes:

- Plano de desenvolvimento e ocupação da zona prioritária superiormente definida.
- Orientação e coordenação dos trabalhos das divisões agrária, de promoção social e povoamento e ainda a de reordenamento das populações da albufeira, todas pertencentes aos serviços regionais de estudo e planeamento.
- Infraestruturas para a exploração económica da albufeira de Cabora Bassa.

Além da pormenorização de cada um destes pontos, interessa ainda considerar no programa de trabalhos a organização dos serviços, a colaboração com os serviços provinciais, as deslocções de pessoal no decorrer do ano, o cronograma dos trabalhos e a previsão orçamental.

2. - Organização dos Serviços Agrários,

Os serviços agrários integram-se na organização geral do Gabinete, e não se justifica ainda uma organização específica própria, apenas havendo a mencionar a necessidade de dispor de mais dois técnicos, um com a categoria de chefe de divisão e outro com a categoria de técnico de 1ª classe, dado que as actividades dos serviços estão a desenvolver-se, e o único elemento existente não pode sózinho responder por elas.

Aliás as frequentes deslocações do responsável pelos serviços aconselham a existência de pelo menos mais um técnico para garantir a continuidade dos trabalhos nos serviços centrais, tornando então possível coordenar as deslocações dos seus técnicos.

As limitações orçamentais levam-nos contudo a considerar para 1972 a admissão de apenas um técnico com a categoria de chefe de divisão ou de técnico de 1ª classe.

3. - Plano de desenvolvimento do Vale do Zambeze

Dadá a possibilidade de coordenar o desenvolvimento simultâneo de todo o Vale, foi definida superiormente uma zona prioritária de acção, pelo que os trabalhos a considerar se referem quase exclusivamente ao planeamento do desenvolvimento e da ocupação dessa zona.

Contudo é de admitir que surjam projectos de investimentos principalmente de empresas privadas em áreas fora daquela zona, para os quais será necessário dar parecer.

3.1 - Plano de desenvolvimento e ocupação da zona prioritária

Aberto o concurso em 1971 para o estudo dos recursos agrários e planeamento do uso da terra da zona prioritária, foi adjudicada em Agosto daquele ano à empresa ETLAL a empreitada relativa à região leste daquela zona, (blocos 4, 5 e 6), pensando-se que até ao fim do ano se efectuaria a adjudicação da empreitada

relativa à região oeste. Porém a situação da subversão nessa região, levou a considerar-se pouco conveniente tal adjudicação, pa- recendo que seria preferível substituir a região oeste por outra situada a sul do bloco 5 da região leste e com ela confinante. Se- ria pois uma extensão para sul da zona prioritária, formando uma terceira região, a região sul. Esta substituição, no entanto, ain- da não foi concretizada, nem estão definidos os seus limites.

Em relação a cada uma destas regiões, os trabalhos a rea- lizar em 1972 são os seguintes:

a) Região leste (blocos 4, 5 e 6)

- Elaboração das cartas provisórias de solos e de uti- lização e relatórios preliminares respectivos dos blocos 4 e 6, a concluir em Fevereiro e Outubro res- pectivamente.
- Elaboração do estudo completo do bloco 4, a concluir em Julho.
- Planeamento da reestruturação rural dos blocos 4 e 6, a efectuar em colaboração com os serviços de promo- ção social.
- Início dos estudos de planeamento do desenvolvimento económico do bloco 4, com base nos recursos agrários.

b) Região sul (a considerar em substituição da região oeste)

- Definição dos limites da região sul e sua divisão em blocos.
- Adjudicação da empreitada e celebração do contrato.
- Elaboração da carta provisória de solos e de utiliza- ção relativa a um dos blocos a definir.

3.2 - Empreendimento fora da zona prioritária

Haverá que estudar e dar parecer sobre projectos de inves- timentos, principalmente de empresas privadas, a efectuar no Vale do Zambeze, mas fora da zona prioritária.

4. - Orientação e coordenação dos trabalhos a efectuar
por divisões dos S.R.E.P.

Nos serviços regionais de estudo e planeamento há duas divisões para as quais o sector agrário tem fundamental importância, competindo a estes Serviços a orientação e coordenação das suas actividades no referente àquele sector. São elas a divisão agrária e a divisão de reordenamento das populações da albufeira.

A estas há ainda por acrescentar a divisão de promoção social e povoamento, no que se refere aos programas de reestruturação rural, nos quais participam estas três divisões.

Far-se-á primeiramente referência ao programa de reestruturação rural e seguidamente aos programas das duas primeiras divisões citadas.

4.1 - Reestruturação rural

Pode dizer-se que as três divisões antes citadas terão como actividade dominante em 1972, a reestruturação rural das populações, conforme programa coordenado com o do Governo do distrito para esse sector.

Terão essas divisões de actuar em estreita colaboração e sob a orientação e coordenação do director adjunto dos SREP, estando definidas as funções de cada uma delas neste campo.

Igualmente está prevista a coordenação a nível distrital das actividades a desenvolver no sector da reestruturação rural pelas duas entidades intervenientes - GPZ e Governo do distrito.

O programa da reestruturação rural, incidirá sobre as seguintes áreas, para cada uma das quais se indica o tipo de intervenção que terá o GPZ:

- a) Estima - consolidação da acção da reestruturação rural feita em 1971 e apoio agrário e social aos aldeamentos criados.
- b) Marara-Tete - elaboração duma carta de solos e de utilização duma faixa de 30 km ao longo da nova estrada para o Songo, para complemento do plano de reestruturação rural elaborado pelos Serviços de Veterinária para essa área e eventuais ajustamentos desta.

c) Changara-Chioco - é a área em que será maior a incidência dos trabalhos, considerando-se:

- elaboração dum plano de reestruturação rural para a área do Chioco abrangida pela mancha 23 (estudo de solos efectuado pela MFPZ);
- acção de reestruturação rural na margem esquerda do rio Mazoe, área do Chioco ainda na mancha 23, com formação de dois aldeamentos - Simoco e Bonga - e com destronca mecânica a efectuar pela CODAM, abertura de acessos, captação de águas e apoio agrário e social;
- acção de reestruturação rural na área da Changara, abrangendo as populações das regedorias Magaço, Chiguidene e Bevedo, com formação de 4 ou 5 aldeamentos localizados de acordo com o estudo de solos efectuado em 1971, por empresa particular em regime de tarefa, com destronca mecânica a efectuar pela CODAM, abertura de acessos, captação de águas e apoio agrário e social.
- consolidação da acção da reestruturação rural feita em 1971, na Changara, nos 5 aldeamentos criados nas margens direita do rio Mazoe e esquerda do rio Luenha e apoio agrário e social às populações dos referidos aldeamentos.

d) Mungari - elaboração dum plano de reestruturação rural para uma área definida pela faixa de cerca de 7 km que se desenvolve ao longo da margem direita do rio Luenha até ao rio Zambeze e se prolonga pela margem direita deste rio até aos limites da circunscrição da Chemba.

e) Mutarara - elaboração de planos de reestruturação rural para toda a zona e acção a desenvolver na área do An-cuaze, traduzida por demarcação de aldeamentos, abertura de alguns acessos, destronca mecânica a efectuar pela CODAM e apoio agrário e social.

4.2 - Divisão Agrária

A acção desta divisão, a detalhar no seu programa de trabalhos, de acordo já com a orientação dada pelos Serviços Agrários incidirá em 1972 nos seguintes aspectos fundamentais:

- a) Experimentação agrícola nos postos do Mazoe e da Estima, a efectuar com a colaboração do IIAM e de acordo com a orientação que ficou assente na reunião sectorial da CCP realizada em 26.10.71, em Lourenço Marques.
- b) Participação no planeamento e na acção de reestruturação rural, de acordo com o programa indicado em 4.1.
- c) Colheita dos elementos de estudo necessários ao planeamento do desenvolvimento económico do bloco 4, com base nos recursos agrários.
- d) Fiscalização das empreitadas de estudo dos recursos agrários das regiões leste (a efectuar pela ETIAL) e sul (se se considerar esta em substituição da região oeste).

4.3 - Divisão de Reordenamento das Populações da Albufeira

Depende esta Divisão directamente dos SREP, mas no âmbito da sua acção tem um Grupo de Trabalho de Agronomia e Veterinária ao qual compete o estudo e a execução do reordenamento agrário das populações a deslocar da área da albufeira.

A elaboração dos planos de reordenamento agrário, bem como a sua execução, deverão ser orientados e apreciados pelos Serviços Agrários que acompanharão de perto a realização dos trabalhos, devendo também o referido Grupo de Trabalho apoiar-se no Posto da Estima, principalmente no que se refere à experimentação agro-pecuária e à multiplicação de sementes.

5. - Infraestruturas para a exploração económica da albufeira de Cabora Bassa.

5.1 - Operação "Arca de Noé". Áreas para evacuação da fauna com vista a reservas, "game farming" e "game ranching".

Prevendo-se que se inicie em Julho de 1974 o enchimento da albufeira de Cabora Bassa, é conveniente que com a antecedência necessária se comece a preparar a operação "Arca de Noé" e se definam as áreas para evacuação da fauna com vista a reservas, "game farming" e "game ranching".

Este assunto foi posto em reunião sectorial da Comissão Coordenadora Provincial do G.P.Z., realizada em 26 de Outubro do corrente ano, em Lourenço Marques, tendo ficado acordado que os Serviços de Veterinária da Província se ocupariam daquela operação - o que já tinha sido definido anteriormente - e se encarregariam do transporte dos animais para as áreas julgadas mais convenientes, de acordo com os estudos que estão a fazer em relação a futuras coutadas ou reservas.

5.2 - Plano de controlo para a invasão de plantas infestantes na albufeira de Cabora Bassa

Conhecidos os prejuízos que podem resultar para a exploração da albufeira e especialmente para o sistema de produção de energia, a invasão de plantas aquáticas infestantes na albufeira de Cabora Bassa, torna-se imperioso preparar ainda antes do enchimento da albufeira um plano que seja eficaz no controlo da invasão de tais plantas.

Posto também este assunto na reunião sectorial do C.C.P. acima mencionada, ficou esclarecido que os estudos relativos às plantas aquáticas infestantes da albufeira de Cabora Bassa estão já incluídos no programa de trabalhos a efectuar pelas equipas responsáveis pelos estudos do sector de hidrologia e pescas, no âmbito do Grupo de Missões de Investigação Científica do Vale do Zambeze, havendo agora que considerar, em continuação, os estudos necessários à elaboração do referido plano de controle das plantas infestantes da albufeira. Este plano será elaborado pelas equipas citadas - às quais se juntará um técnico do I.I.A.M. especializado no controle de plantas aquáticas infestantes - ficando as mesmas de apresentar um programa e cronograma dos trabalhos a realizar.

5.3 - Estudos de pesca comercial, de subsistência e desportiva
Áreas a destroncar para efeitos de pesca

Foram já definidas as equipas responsáveis pelos estudos do sector da hidrobiologia e pescas, em que este assunto se enquadra, tendo já sido iniciados alguns destes estudos pela Direcção de Agricultura e Florestas da Província.

Contudo, tendo em consideração a data do início do enchimento da albufeira e a necessidade de se iniciar o mais cedo possível a destronca de áreas destinadas a pesca, foi este assunto tratado na reunião sectorial, antes mencionada, tendo ficado acordado que a Direcção de Serviços de Agricultura e Florestas da Província vai apresentar um cronograma dos trabalhos a realizar, no qual se considerará que as áreas a destroncar para efeitos de pesca ficarão definidas até ao fim do primeiro trimestre de 1973.

6. - Deslocações do pessoal dos Serviços

6.1 - Deslocações do Adjunto do Director:

6.1.1 - A Moçambique, a fim de acompanhar a fiscalização das empreitadas de estudos da região leste e sul (em substituição da região oeste) e para orientação e coordenação dos trabalhos a efectuar pelas divisões dos S.R.E.P. e outros nos meses seguintes

- Em Fevereiro-Março, por cerca de 25 dias quando se deverá proceder à recepção das cartas provisórias de solos e de utilização e relatórios respectivos, do bloco 4, a entregar pela ETLAL até 7 de Fevereiro.
- Em Junho - Julho, por cerca de 30 dias, a fim de se proceder também à recepção do estudo completo do bloco 4, a entregar pela ETLAL até 6 de Julho.
- Em Setembro - Outubro, por cerca de 30 dias, para recepção das cartas provisórias de solos e de utilização do bloco 6, elaboração dos programas de trabalhos e reuniões sectoriais com os Serviços Provinciais.

- Em Dezembro, por cerca de 15 dias para orientação de trabalhos

6.1.2 - Viagens de estudo ao estrangeiro

- Em Agosto - Setembro, ao Brasil, por cerca de 21 dias, juntamente com o Director dos Serviços de Planeamento, para estudo dos problemas ligados ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, florestas e pesca, aproveitamentos hidro-agrícolas e povoamento, merecendo interesse especial o desenvolvimento no Nordeste (SUDENE).

6.2 - Deslocações do técnico a admitir

6.2.1 - A Moçambique, para contacto com os problemas locais e coadjuvação do adjunto do director nos trabalhos mencionados em 6.1.1, a efectuar nos seguintes meses:

- Em Abril - Maio por cerca de 30 dias
- Em Agosto - Setembro por cerca de 25 dias
- Em Novembro, por cerca de 30 dias

7. - Cronograma dos trabalhos

Em mapa anexo apresenta-se um cronograma dos trabalhos, no qual se indicam também as deslocações do pessoal.

8. - Previsão orçamental

8.1 - Pessoal a admitir

- 1 chefe de divisão ou técnico de 1ª classe.

8.2 - Empreitadas

8.2.1 - Região leste - contrato com a ETLAL

Fase final de construção de uma casa na aldeia de Sanangòè.

